



Revisão do Plano Diretor Municipal de Porto de Mós

Resumo Não Técnico

Março 2015



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. DEFINIÇÃO DE ÂMBITO, OBJETIVOS E METODOLOGIA	2
2.1. Âmbito e Objetivos	2
2.2. Metodologia	3
3. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO	2
3.1. Descrição do Plano Diretor Municipal	2
3.2. Objetivos	5
3.3. Questões Estratégicas e Fatores Ambientais	7
4. DEFINIÇÃO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	10
4.1. Objetivos de Sustentabilidade e Indicadores para cada Fator Crítico para a Decisão	13
5. SITUAÇÃO ATUAL, TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO E EFEITOS.....	27
5.1. Governança	28
5.2. Biodiversidade	30
5.3. Desenvolvimento Humano	33
5.4. Dinâmicas Socioeconómicas	36
5.5. Fatores Biofísicos e Ambientais	39
5.6. Infraestruturas.....	41
5.7. Paisagem e Património Cultural.....	46
6. MEDIDAS DE GESTÃO E CONTROLO	50
6.1. Medidas de Gestão.....	50
6.1.1. Governança	51
6.1.2. Biodiversidade	54
6.1.3. Desenvolvimento Humano	58
6.1.4. Dinâmicas Socioeconómicas.....	63
6.1.5. Fatores Biofísicos e Ambientais.....	69
6.1.6. Infraestruturas.....	75
6.1.7. Paisagem e Património Cultural	82
6.2. Medidas de Controlo/Programa de seguimento	87
7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	113

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Metodologia geral que se preconiza para a presente Avaliação Ambiental.	5
---	---

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - FCD identificados e sua descrição.	11
Quadro 2- Objetivos de sustentabilidade e Indicadores por FCD.	14
Quadro 3 - Medidas de controlo/Programa de seguimento a implementar no FCD Governança.....	88
Quadro 4 - Medidas de controlo/Programa de seguimento a implementar no FCD Biodiversidade.	90
Quadro 5 - Medidas de controlo/Programa de seguimento a implementar no FCD Desenvolvimento Humano.....	93
Quadro 6 - Medidas de controlo/Programa de seguimento a implementar no FCD Dinâmicas Socioeconómicas.	94
Quadro 7 - Medidas de controlo/Programa de seguimento a implementar no FCD Fatores Biofísicos e Ambientais.	95
Quadro 8 - Medidas de controlo/Programa de seguimento a implementar no FCD Infraestruturas.	99
Quadro 9 - Medidas de controlo/Programa de seguimento a implementar no FCD Paisagem e Património Cultural.....	103
Quadro 10 - Medidas de controlo/Programa de seguimento complementar a implementar no FCD Biodiversidade.	104
Quadro 11 - Medidas de controlo/Programa de seguimento complementar a implementar no FCD Desenvolvimento Humano.....	105
Quadro 12 - Medidas de controlo/Programa de seguimento complementar a implementar no FCD Dinâmicas Socioeconómicas.	106
Quadro 13 - Medidas de controlo/Programa de seguimento complementar a implementar no FCD Fatores Biofísicos e Ambientais.	107
Quadro 14 - Medidas de controlo/Programa de seguimento complementar a implementar no FCD Infraestruturas.	108



Introdução

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) da 2.ª versão do Relatório Ambiental (RA) da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Porto de Mós (PDMPM), dando cumprimento ao estipulado no artigo 6.º do Decreto-Lei (DL) n.º 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de Maio. A necessidade de revisão da 1.ª versão do RA (de Junho de 2011) ocorre na sequência de alterações significativas à proposta de 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós, assim como de existirem novos instrumentos enquadradores, bem como de dados mais recentes para a caracterização dos FCD.

De acordo com o artigo 3.º do DL n.º 232/2007, de 15 de Junho, na sua atual redação, e o DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo DL n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, a 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Porto de Mós encontra-se sujeita a Avaliação Ambiental. Este enquadramento legal define como responsável pela AAE o proponente do plano a avaliar, neste caso a Câmara Municipal de Porto de Mós.

O Relatório Ambiental foi antecedido pelo Relatório proposta de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental e Análise dos Fatores Críticos para a Decisão, estabelecendo a metodologia de abordagem a utilizar, os Fatores Críticos para a Decisão (FCD), respetivos critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores que foram utilizados no desenvolvimento do Relatório Ambiental.

O presente RNT condensa os principais resultados obtidos, nomeadamente os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós, sendo precedido de uma breve descrição da metodologia utilizada e do objeto da avaliação.

Pretende-se que os resultados da AAE que agora se apresentam constituam um contributo para a integração de preocupações ambientais e de sustentabilidade na versão final do PDMPM, e na discussão dos impactes territoriais que lhe estão subjacentes. A AAE tem sobretudo o papel

facilitador deste processo, através da identificação de ameaças e de situações de oportunidade ambiental e de sustentabilidade.



Definição de âmbito, objetivos e metodologia

2. DEFINIÇÃO DE ÂMBITO, OBJETIVOS E METODOLOGIA

2.1. Âmbito e Objetivos

O objeto da avaliação ambiental é a proposta de 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Porto de Mós.

Em consonância com as boas práticas em matéria de AAE, os objetivos que presidirão à realização da AAE da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós serão:

- assegurar a integração das questões ambientais de natureza estratégica na preparação e aprovação da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós, num quadro de desenvolvimento local e regional;
- identificar as características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não forem aplicadas as alterações mais significativas que decorrem da evolução do antigo PDM para o novo;
- identificar os problemas ambientais pertinentes para o concelho de Porto de Mós, em particular, os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental, designadamente a Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN), definidas como condicionantes no PDM;
- assumir o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros- PNSAC (DL n.º 118/79, de 18 de Maio) e o Sítio da Rede Natura 2000 das Serras de Aire e Candeeiros (PTCON0015), enquanto referências qualificadoras para o novo PDM que entrará em vigor;
- identificar os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o

património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados;

- identificar as medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente, resultantes da aplicação da 1.ª revisão PDM de Porto de Mós;
- identificar, selecionar e fundamentar as opções que permitam compatibilizar os objetivos específicos da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós com os objetivos globais estabelecidos em matéria de desenvolvimento e crescimento económico a nível regional;
- identificar situações que visem otimizar a integração dos aspetos ambientais com os aspetos socioeconómicos, quer no âmbito da conceção do PDM de Porto de Mós, quer no que se refere aos sistemas de controlo e monitorização da estratégia por ele preconizada para o desenvolvimento do concelho;
- assegurar um processo transparente e eficaz de consulta e participação das entidades com relevância sectorial, local e regional, bem como da população em geral.

2.2. Metodologia

Na Figura 1 sintetiza-se a metodologia geral que se preconiza para a presente Avaliação Ambiental, em que se evidencia a interligação com as atividades da proposta da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós com a própria AAE, alvo, no entanto, de relatório separado.

Tal como definido no artigo 5.º do instrumento regulador, a AAE iniciou-se com a fase de Definição de Âmbito e Identificação de Fatores Críticos. Esta fase foi crucial para o bom desempenho da AAE e teve como objetivos definir o Quadro Estratégico de Referência (QER) para a AAE, determinar as questões de avaliação e Fatores Ambientais significativos e identificar o público-alvo para consulta, bem como a metodologia a adotar para a componente de participação do público.

Numa segunda fase, procedeu-se à elaboração da 1.ª versão do Relatório Ambiental, para Consulta das ERAE, e respetivo RNT, onde foi analisada a situação existente, os efeitos significativos sobre o ambiente resultantes da concretização da proposta de 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós em análise e, conseqüentemente, foram propostas medidas de planeamento e gestão e de controlo, com o intuito de preparar e antecipar alguns dos efeitos potencialmente adversos desta 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós.

Esta 1.ª versão do RA foi alvo de consulta pelas ERAE, da qual resultou um conjunto de comentários/sugestões que na sua maioria ditaram uma revisão profunda da proposta da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós. Passados quase três anos, surge uma 2.ª versão do RA que será enviada à CCDR-Centro que, mediante solicitação da Câmara Municipal de Porto de Mós convocará reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento da 1.ª revisão do PDM. Desta reunião será elaborada uma ata, assinada por todos os presentes, que atesta expressamente a posição assumida pelo representante de cada entidade que nela participa.

De seguida, proceder-se-á à elaboração da versão do RA para Consulta Pública e respetivo RNT, incorporando os contributos/recomendações efetuados pelas ERAE.

Este Relatório será submetido a processo de consulta pública, cujos resultados serão integrados num Relatório Ambiental Final, com conseqüente emissão da respetiva Declaração Ambiental.

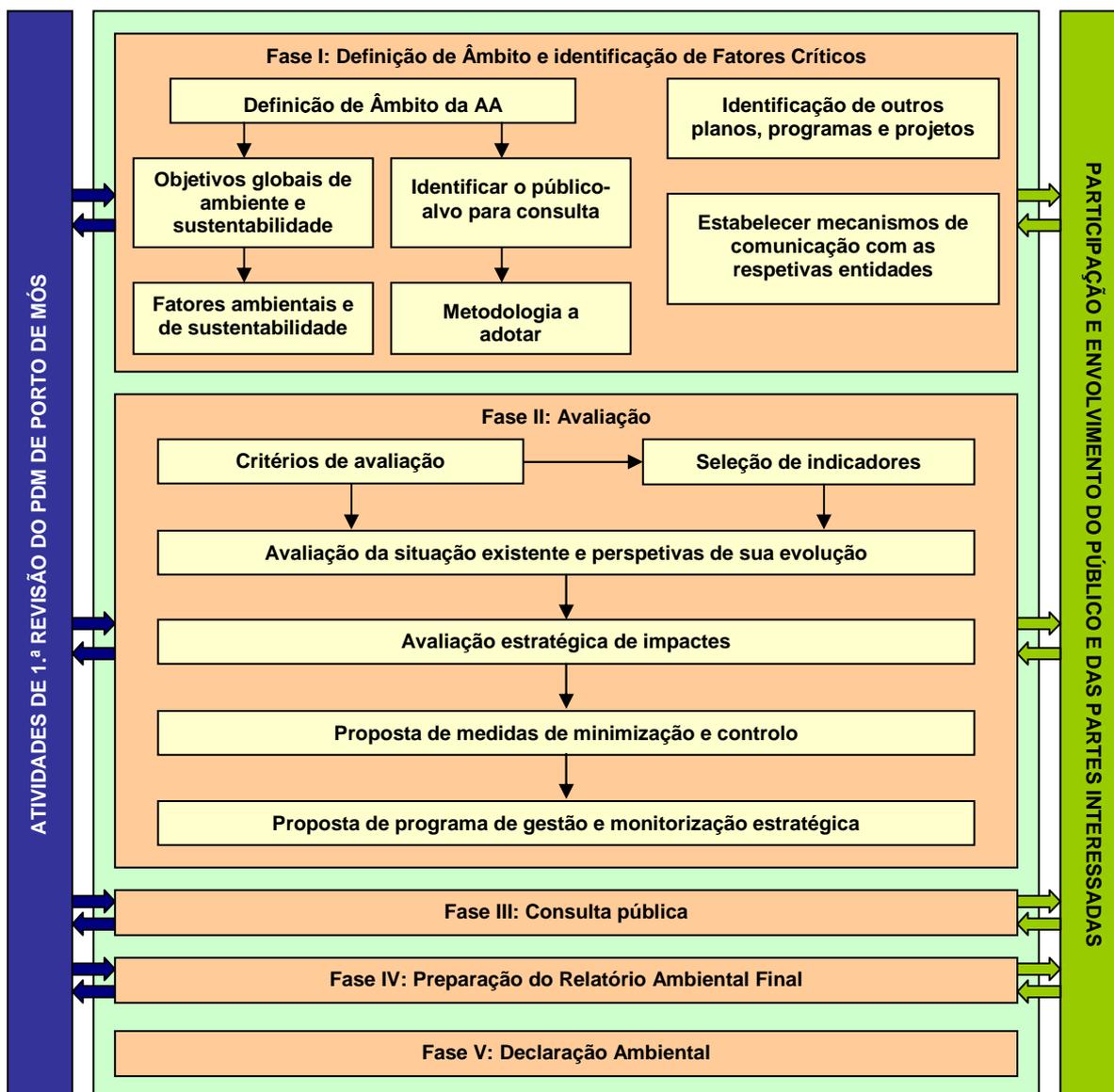


Figura 1 - Metodologia geral que se preconiza para a presente Avaliação Ambiental.



RELATÓRIO AMBIENTAL
1.ª REVISÃO DO PDM
DE PORTO DE MÓS





Descrição do objeto de avaliação

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

3.1. Descrição do Plano Diretor Municipal

Um Plano Diretor Municipal é um instrumento do ordenamento do território desenvolvido com o objetivo de planear o uso e ocupação do solo do município. É o instrumento base de ordenamento de todo o território do município, integrando também as orientações estratégicas do modelo de desenvolvimento do concelho, através da definição de estratégias de planeamento e gestão urbanísticas. Deste modo, pretende-se desenvolver e definir, ao nível do PDM, princípios e normas de uso dos solos que integrem uma visão de utilização racional do território, devendo este plano ser compatibilizado com aqueles hierarquicamente superiores. Nesta linha, a revisão do PDM deverá integrar também regras que serão diretamente aplicáveis ao nível das unidades operativas de planeamento e gestão que vierem a ser propostas.

O concelho de Porto de Mós localiza-se no distrito de Leiria, na Região Centro, Sub-Região Pinhal Litoral, sendo limitado a Norte pelos concelhos de Leiria e Batalha, a Nascente pelos concelhos de Batalha e Alcanena, a Poente pelo concelho de Alcobaça e a Sul pelos concelhos de Rio Maior e Santarém.

Possui uma área de cerca de 265 Km² (cerca de 15% da sub-região Pinhal Litoral) e encontrava-se dividido em 13 freguesias: Alcária, Alqueidão da Serra, Alvados, Arrimal, Calvaria, Juncal, Mendiga, Mira de Aire, Pedreiras, São João Baptista, São Pedro, São Bento e Serro Ventoso, sendo que S. João Baptista e S. Pedro abarcam e dividem a sede de concelho – a vila de Porto de Mós. Atualmente, devido à reestruturação das freguesias, existem 10 freguesias, tendo sido as alterações registadas nas freguesias de Alcária e Alvados (União de Freguesias de Alvados e Alcária), nas freguesias de Arrimal e Mendiga (União de Freguesias de Arrimal e Mendiga) e nas freguesias de São João Baptista e São Pedro (Freguesias de Porto de Mós). Ao nível da população, o concelho possui cerca de 24 342 habitantes, à data dos Censos de 2011.

Decorridos, aproximadamente, quinze anos após a entrada em vigor do atual PDM (ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 81/94, de 14 de Setembro, que foi alterada pela Declaração n.º 71/99, de 3 de Março, pelo Aviso n.º 1695/2011, de 17 de Janeiro e pelo Aviso n.º 2146/2012, de 10 de Fevereiro), a Câmara Municipal de Porto de Mós, em 4 de Janeiro de 2001, desencadeou o processo de revisão do Plano, no qual se procede à avaliação do nível de execução do PDM em vigor.

A Câmara Municipal de Porto de Mós desencadeou o processo de revisão por considerar necessária e premente, a supressão de deficiências e a agilização da gestão do Plano, de modo a garantir um ordenamento do território mais adequado à realidade atual do concelho e da região onde este se insere. Um outro fator de extrema importância consiste na necessidade de digitalização dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), em especial dos Planos Diretores Municipais.

A proposta da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós está em fase de conclusão. A elaboração da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Porto de Mós obedece ao seguinte faseamento (segundo Câmara Municipal de Porto de Mós (CMPM), 2013b):

- 1.ª Fase – Análise, Diagnóstico e Proposta Preliminar

Esta fase correspondeu ao período de recolha da informação necessária à compreensão da situação atual do concelho, no que se refere às condições físicas, urbanísticas, sociais e económicas da zona de intervenção. Com base na informação recolhida foi, então, efetuado o diagnóstico da situação atual, identificando os principais constrangimentos e potencialidades do concelho. Nesta fase foi também definida uma Proposta Preliminar, que constituiu numa aproximação ao conceito de ordenamento em Solo Urbano;

- 2.ª Fase – Proposta de Plano

Nesta fase foram corrigidos os estudos entregues no âmbito da 1.ª Fase e procedeu-se ao desenvolvimento e pormenorização da proposta de ordenamento (agora também no que se refere ao Solo

Rural) consubstanciados numa nova versão da Planta de Ordenamento. Procedeu-se ainda à correção da Planta de Condicionantes e à elaboração do Regulamento do Plano;

- 3.ª Fase - Versão Final do Plano Diretor Municipal

Nesta fase foram introduzidas as alterações e correções necessárias ao Plano e foi elaborada, com base no ordenamento adotado, a versão final do Regulamento do Plano e o Programa de Execução.

É ainda de destacar as fases intercalares em que foram apreciados, pela Comissão Técnica de Acompanhamento e pelas entidades consultadas, os elementos entregues na respetiva fase.

Serão introduzidos no Plano todas as alterações resultantes dos pareceres das entidades, para que possa ser efetuada a discussão pública. Posteriormente serão ponderados os resultados deste processo e introduzidas as alterações necessárias para que o Plano possa ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal. Após a aprovação pela Assembleia Municipal, será preparado o processo para efeitos de publicação em Diário da República.

Assim, o novo PDM de Porto de Mós deve mostrar-se um instrumento flexível e atento à realidade em constante mutação, dando resposta às atuais exigências de contenção e colmatação, reabilitação e renovação urbanas, e de valorização e salvaguarda do meio natural. Só assim se poderá manter válido e ajustado durante o seu período de vigência, contribuindo para uma eficaz gestão urbanística e para uma equilibrada gestão dos recursos e complementaridade de investimentos.

3.2. Objetivos

A 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós deverá constituir, acima de tudo, uma oportunidade para pensar o concelho a médio/longo prazo, de uma forma integrada e global face ao contexto regional. O processo de revisão deverá ser pautado por uma atitude participativa por parte dos intervenientes no processo de planeamento, permitindo que a procura de soluções, alicerçada em estudos de caracterização, seja, antes de mais, o estabelecimento de um compromisso entre as diversas visões sobre as realidades - problema do concelho.

O PDM reflete e concretiza as opções estratégicas de ocupação do território concelhio, enquanto elemento fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentado, e tem como principais objetivos (artigo 2.º da proposta de regulamento):

- a) Ajustar o Plano à realidade do concelho, nomeadamente através da correção de situações desadequadas às necessidades e anseios da população;
- b) Proceder à articulação do PDM com os instrumentos de gestão territorial hierarquicamente superiores com incidência no concelho, nomeadamente com Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, os Planos de Bacia Hidrográfica do Tejo, do Lis e das Ribeiras do Oeste, o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral e o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros;
- c) Agilizar a gestão do Plano Diretor Municipal e proceder à sua articulação com outros Plano Municipais em vigor ou em elaboração, nomeadamente com o Plano de Pormenor da Várzea de Porto de Mós, o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira de Aire, o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Porto de Mós e o Plano de Pormenor de Salvaguarda de São Jorge, o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios e o Plano Municipal de Emergência;

- d) Verificar para o plano as orientações do Plano Estratégico da Alta Estremadura;
- e) Especificar um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado das diferentes áreas do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos;
- f) Desenvolver e valorizar o sector turístico no município, criando sinergias e estímulos ao desenvolvimento ordenado de atividades associadas;
- g) Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos municipais e estatais, adequados ao desenvolvimento do concelho;
- h) Proceder à reestruturação da rede viária e considerar o traçado de novas infraestruturas viárias e ferroviárias na definição da proposta de ordenamento;
- i) Requalificar alguns aglomerados, através da criação de espaços verdes e da implantação de equipamentos coletivos;
- j) Definir novos espaços de atividades económicas, incentivando investimentos e iniciativas locais;
- k) Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos evitando descontinuidades territoriais.

3.3. Questões Estratégicas e Fatores Ambientais

As Questões Estratégicas (QE) surgem enquadradas pelos objetivos que decorrem da aplicação do regime legal em vigor para os Planos Municipais de Ordenamento do Território, nomeadamente os Planos Diretores Municipais.

Tendo em atenção os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) e as diretrizes dos demais documentos estratégicos analisados no âmbito do QRE, foram assumidos as seguintes QE:

- QE 1** - Aprofundar o papel da vila e do concelho no contexto do sistema territorial e urbano da Alta Estremadura e, em particular, no eixo urbano Leiria/Batalha/Porto de Mós;
- QE 2** - Promover o desenvolvimento de funções urbanas que qualifiquem e proporcionem uma maior centralidade (demográfica, económica e funcional) à sede de concelho;
- QE 3** - Implementar acções de valorização urbana e ambiental da vila de Porto de Mós;
- QE 4** - Recuperar e valorizar o património paisagístico e ambiental do concelho;
- QE 5** - Reforçar e qualificar os espaços de apoio à actividade industrial;
- QE 6** - Promover acções de qualificação profissional e tecnológica do tecido empresarial;
- QE 7** - Consolidar, diversificar e qualificar as apostas turísticas concelhias, na procura de novos públicos-alvo;
- QE 8** - Preservar a actividade agrícola e florestal concelhia e valorizar a produção olivícola;

- QE 9** - Suprir os problemas de travessia da vila de Porto de Mós, através da criação de variantes;
- QE 10** - Reforçar a rede de equipamentos colectivos, em particular dos equipamentos de Segurança Social, e melhorar a qualidade das unidades de saúde;
- QE 11** - Requalificar o sistema de abastecimento de água e implementar novos sub-sistemas de saneamento;
- QE 12** - Criar uma rede de parques eólicos;
- QE 13** - Modernizar os serviços públicos através do aproveitamento do Programa "Leiria Região Digital" (e-government).

Os Fatores Ambientais (FA) definem o âmbito ambiental relevante dado o alcance e a escala do plano ou programa em avaliação. Os FA considerados na presente análise são os legalmente definidos no DL n.º 232/2007, de 15 de Junho, na sua atual redação, alínea e), n.º 1, artigo 6.º, no que respeita à *"biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, paisagem e inter-relação entre todos estes fatores"*.



Definição de Fatores Críticos para a Decisão

4. DEFINIÇÃO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

A identificação dos FCD resultou de uma análise integrada do Quadro de Referência Estratégico, das QE, dos FA e das especificidades do concelho de Porto de Mós. Os FCD refletem os temas que estruturam a avaliação e que correspondem aos fatores fundamentais a serem considerados no processo de decisão, na conceção das opções estratégicas da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós e das ações que as implementam. O Quadro 1 apresenta os FCD identificados e respetiva descrição sumária¹

¹ Para mais detalhes consulte-se o Relatório de Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental e Análise dos Fatores Críticos de Agosto de 2008 e a Adenda de Outubro de 2009.

Quadro 1 - FCD identificados e sua descrição.

Proposta de FCD	Descrição Sumária
Governança	<p>Pretende-se com este FCD avaliar o contributo da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós para uma melhor governança, nomeadamente ao nível: do fomento da participação pública; do acesso à informação pelos agentes sociais, em particular, da população; do aumento do rigor dos espaços, em particular através da utilização das novas tecnologias da comunicação e informação; do desenvolvimento de interações entre os agentes sociais, assentes numa base de partilha de responsabilidade; e na compatibilização do novo PDM com outros IGT, instrumentos estratégicos relevantes e quatro legislativos aplicáveis.</p>
Biodiversidade	<p>A biodiversidade possui uma grande relevância no território em causa, dada a existência de importantes valores naturais.</p> <p>Pretende-se com este FCD avaliar os riscos e oportunidades criados pela 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós na prossecução dos objetivos definidos nos instrumentos enquadramentos, tendo em conta que este plano terá que ir ao encontro das estratégias e das opções de gestão definidas tanto no POPNSAC como na Ficha do SIC integrada no Plano Sectorial da Rede Natura 2000.</p> <p>O principal objetivo deste FCD é assegurar o correto uso dos Solos, em especial do Solo Rural, de forma a compatibilizar a presença humana com a conservação dos ecossistemas e do património natural existente no município de Porto de Mós.</p>
Desenvolvimento Humano	<p>Este FCD destina-se a avaliar o contributo das opções socioeconómicas da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós para a valorização do potencial humano e a qualidade de vida das populações, quer em termos de rendimento disponível e emprego, quer em termos do aumento das suas qualificações, mas também como forma de prevenção do risco relativamente às condições sociais das populações residentes.</p>

Proposta de FCD	Descrição Sumária
<p>Dinâmicas Socioeconómicas</p>	<p>Este FCD destina-se a avaliar o contributo da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós: para a diversificação do tecido produtivo e, conseqüentemente a atratividade do concelho; para o aumento do emprego e; para a promoção de uma política integrada de planeamento, uso e gestão do solo.</p>
<p>Fatores Biofísicos e Ambientais</p>	<p>Pretende-se com este FCD avaliar, por um lado, as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós na qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, água (qualidade da água, disponibilidades e seu uso eficiente), ruído e gestão de resíduos.</p> <p>Por outro lado, aborda a dimensão energética, a eficiência e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis, de forma a dar resposta a um fator fundamental da política nacional e internacional, bem como para fazer face aos riscos colocados pela problemática das alterações climáticas.</p>
<p>Infraestruturas</p>	<p>Pretende-se com este FCD avaliar os riscos e oportunidades criados pela 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós na prossecução dos objetivos definidos nos instrumentos enquadradores, nomeadamente ao nível das redes de abastecimento de água e tratamento de águas residuais (cumprimento do estabelecido nos vários instrumentos aplicáveis à temática), rede viária, recolha e tratamento de resíduos.</p> <p>Por outro lado pretende-se avaliar o ordenamento do Solo Urbano, em especial no que toca à áreas para a localização de indústrias, os perímetros urbanos, a atividade extrativa e a EEM em Solo Urbano.</p>
<p>Paisagem e Património Cultural</p>	<p>Pretende-se com este FCD avaliar o contributo da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós para a preservação e valorização da paisagem e património cultural, elementos importantes para a identidade local.</p>

4.1. Objetivos de Sustentabilidade e Indicadores para cada Fator Crítico para a Decisão

Para cada FCD foram definidos objetivos de sustentabilidade e indicadores respetivos, que pretendem conferir uma dimensão analítica aos FCD. Os objetivos e indicadores estabelecem o âmbito da avaliação e o nível de pormenor da informação analisada. O Quadro 2 apresenta o conjunto de objetivos de sustentabilidade e indicadores identificados por FCD. Refira-se que alguns dos indicadores apresentados são diferentes daqueles que foram estabelecidos no Relatório de Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental e Análise dos Fatores Críticos. Este facto resulta de uma análise mais profunda dos FCD no presente Relatório Ambiental, sendo que foi indicado no anterior relatório que os indicadores estabelecidos eram preliminares.

Quadro 2- Objetivos de sustentabilidade e Indicadores por FCD.

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Governança	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a participação pública 	<ul style="list-style-type: none"> N.º e tipologia de agentes envolvidos N.º de formas de interação
	<ul style="list-style-type: none"> Facilitar o acesso à informação 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de locais com informação disponível
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o rigor das delimitações dos espaços 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de novas tecnologias de informação e comunicação
	<ul style="list-style-type: none"> Partilha de responsabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de interações existentes (ex. parcerias, acordos, iniciativas conjuntas)
	<ul style="list-style-type: none"> Compatibilização com os instrumentos de gestão territorial, planos estratégicos e legislação aplicável 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de situações de conflito com IGT
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a conservação dos ecossistemas e do património natural 	<ul style="list-style-type: none"> Área ocupada pelos habitats caraterísticos dos Espaços Naturais, Espaços de Uso Múltiplo do tipo I e II, e Espaços Agrícolas de Conservação (subcategorias associadas aos espaços do POPNSAC) N.º de Planos de Ação/Correção elaborados para as zonas com disfunções ambientais N.º de medidas adotadas que garantam o controlo das disfunções ambientais

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Biodiversidade (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar os corredores ecológicos 	<ul style="list-style-type: none"> Área afeta à Reserva Ecológica Nacional Área afeta à Reserva Agrícola Nacional Área municipal afeta ao PNSAC e às suas diferentes categorias Área municipal afeta à Rede Natura 2000 Varição na EEM Varição de áreas sem edificação na RAN e REN do concelho
	<ul style="list-style-type: none"> Efetivar medidas de gestão florestal 	<ul style="list-style-type: none"> Área ocupada por floresta autóctone Área ocupada por produções florestais intensivas
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o cumprimento das medidas preconizadas pelo POPNSAC e do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de pretensões com parecer desfavorável nestas áreas
	<ul style="list-style-type: none"> Promover orientações de gestão do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para o Sítio Serras de Aire e Candeeiros 	<ul style="list-style-type: none"> Área do concelho utilizada para pastoreio extensivo N.º de atividades com interesse para a conservação da natureza promovida pela Câmara Municipal de Porto de Mós N.º de pretensões de exploração de recursos geológicos com parecer desfavorável no Sítio Serras de Aire e Candeeiros
	<ul style="list-style-type: none"> Conter a impermeabilização dos solos 	<ul style="list-style-type: none"> Área impermeabilizada

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Biodiversidade (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Prevenir o aumento da área ardida 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de limpeza de matos e floresta Área ardida por ano
	<ul style="list-style-type: none"> Racionalizar a expansão urbana 	<ul style="list-style-type: none"> Edificações novas em áreas de risco alto e muito alto de incêndio Edificações novas em Espaços Agrícolas de Conservação
Desenvolvimento Humano	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar o nível de vida 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de Desenvolvimento Humano Índice de Desenvolvimento Social Índice de Poder de Compra Concelhio
	<ul style="list-style-type: none"> Inverter a tendência da taxa de envelhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da população por faixa etária
	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar os cuidados de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de farmácias existentes no concelho N.º de Centros de Saúde em funcionamento no concelho N.º de clínicas em funcionamento no concelho N.º de médicos por habitante N.º de enfermeiros por habitante N.º de ações de melhoria do estado de conservação dos equipamentos de saúde N.º de equipamentos de ação social de apoio a idosos
	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da qualificação da população 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de analfabetismo Variação da escolaridade da população N.º de programas de formação profissional disponibilizados

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Dinâmicas Socioeconómicas	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a coesão económica e social Aumentar o rendimento disponível 	<ul style="list-style-type: none"> Investimento público e privado (total e sectorial) VBP – Valor Bruto de Produção VAB – Valor Acrescentado Bruto Ganho médio da população
	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a promoção do potencial humano e empresarial 	<ul style="list-style-type: none"> N.º médio de pessoas ao serviço por estabelecimento Percentagem de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a inovação e o empreendedorismo Diversificar o tecido produtivo Aumentar a atratividade 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de empresas estabelecidas N.º de novas empresas nos espaços de atividades económicas criados N.º de atividades económicas emergentes N.º de serviços de apoio às atividades empresariais N.º de iniciativas realizadas com o intuito de promover a inovação e o empreendedorismo Evolução sectorial do volume de negócios das empresas
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o emprego 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da taxa de desemprego N.º de iniciativas realizadas com o intuito de combater o desemprego

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
<p>Fatores Biofísicos e Ambientais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção dos recursos hídricos subterrâneos • Proteção dos leitos dos cursos de água e respetivas margens • Identificar os locais onde os recursos hídricos superficiais e subterrâneos têm maiores pressões • Conter a impermeabilização dos solos 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade da água superficial e subterrânea • N.º de situações detetadas em que o leito dos cursos de água se encontra obstruído • N.º de fontes fixas de poluição existentes na envolvente de cursos de água • Número de incumprimentos existentes ao nível da qualidade da água de abastecimento em relação à legislação em vigor • Perímetros de proteção às captações de água destinadas ao consumo humano • Área impermeabilizada • Grau de afetação/desafetação do Domínio Público Hídrico • Número e tipologia de normas de controlo da impermeabilização dos solos • Quantidade e tipologia de poluentes identificados nos recursos hídricos • Variação percentual das disponibilidades de água • Percentagem de descargas de efluentes agropecuários e agroindustriais • Percentagem de tratamento dos efluentes • Grau de cumprimento da legislação em vigor relativa à prevenção e controlo integrados da poluição (ar, água, solo)

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Fatores Biofísicos e Ambientais (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Garantir uma boa qualidade do ar 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de qualidade do ar N.º de dias em que se verificam excedências às normas da qualidade do ar
	<ul style="list-style-type: none"> Redução do ruído ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de população exposta a níveis sonoros superiores aos permitidos na legislação Planos de redução do ruído elaborados por zonas de conflito existentes
	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução da intensidade energética por sector de consumo e por habitante Assegurar uma boa gestão do sector energético ao nível da eficiência energética Avaliação das emissões de GEE ao nível municipal, nomeadamente dióxido de carbono equivalente ao nível dos principais sectores poluentes Assegurar o desenvolvimento de estratégias de redução das emissões de GEE Assegurar a utilização de fontes de energia renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> Consumo de energia elétrica por sector de consumo e por habitante N.º de programas desenvolvidos ao nível da eficiência energética N.º de certificações energéticas e da qualidade do ar nos edifícios existentes no concelho Emissões de CO₂ por sector de atividade emissora N.º de estratégias desenvolvidas para redução das emissões de GEE Percentagem de energia fornecida com origem em fontes de energia renováveis Potencial do aproveitamento de fontes de energia renováveis

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Fatores Biofísicos e Ambientais (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Minimizar os impactes dos colapsos de cavidades naturais Assegurar a implantação de sistemas de alerta contra o colapso de cavidades naturais, nos locais onde estes poderão ocorrer garantindo a salvaguarda da população 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ocorrência de situações de colapsos de cavidades naturais N.º de sistemas de alerta contra o colapso de cavidades naturais implementados
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a proteção das florestas contra incêndios, nomeadamente através da sua limpeza, correto ordenamento e garantia de existência de meios de combate a incêndios Assegurar que existem zonas de "proteção" entre as florestas e as zonas habitacionais Assegurar a proteção das áreas urbanas contra incêndios, nomeadamente através da utilização de materiais de construção com uma resistência ao fogo superior (materiais para combustíveis e tintas com maior índice de resistência ao fogo) e garantia da existência de meios de combate a incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de incêndios florestais Área ardida por ano N.º de incêndios em áreas urbanas Variação da área florestal ocupada por pinheiro-bravo e eucalipto Variação da área agrícola abandonada N.º de ações de limpeza de matos e florestas
	<ul style="list-style-type: none"> Minimizar os impactos dos movimentos de massa em vertentes Assegurar a monitorização dos locais de maior risco de movimentos de massa em vertentes 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ocorrência de situações de movimento de massa em vertentes N.º de monitorizações realizadas nos locais de maior risco

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> Programar as áreas urbanas tendo em conta as redes existentes e programada 	<ul style="list-style-type: none"> Área de interstícios de solos urbanizados ocupada
	<ul style="list-style-type: none"> Dinâmica de urbanização e edificação Dispersão urbana e uso do solo 	<ul style="list-style-type: none"> Área afeta a solo urbano Variação da densidade populacional no solo urbano N.º de licenças emitidas para nova construção
	<ul style="list-style-type: none"> Localização das áreas industriais em locais programados 	<ul style="list-style-type: none"> Área ocupada por novas pedreiras N.º de licenças de exploração emitidas Pedreiras desativadas com Plano de Recuperação Paisagística Área com novas indústrias por categoria de espaço
	<ul style="list-style-type: none"> Localização das áreas industriais em locais adequados 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de espaços empresariais/industriais N.º de espaços industriais adjacentes a espaços residenciais
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a fiabilização e modernização dos sistemas públicos de abastecimento de água e a efetiva cobertura e a qualidade dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de população servida por sistema de abastecimento de água no concelho Percentagem de população servida por sistema de recolha e tratamento de águas residuais no concelho Quantidade de água tratada em ETAR que é reutilizada Proporção de águas residuais tratadas (%) Água captada (m³) e origem do caudal Água tratada (m³) e tipo de instalação de tratamento Água distribuída (m³) e sector de consumidor

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
<p>Infraestruturas (cont.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a fiabilização e modernização dos sistemas públicos de abastecimento de água e a efetiva cobertura e a qualidade dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem do número de alojamentos servidos por sistema público de abastecimento de água (Valor de referência $\geq 95\%$ com variação entre 80 e 100%) Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada cujos resultados estão conforme a legislação (Valor de referência $\geq 99\%$) Percentagem de água captada que provém de captações com perímetro de proteção ou plano de ordenamento de albufeira de águas públicas definido (Valor de referência $\geq 95\%$) Águas residuais drenadas (m^3) e existência de tratamento Águas residuais drenadas (m^3) dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais e sector de origem Águas residuais drenadas por habitante ($m^3/hab.$) Águas residuais tratadas (m^3) dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais e Nível de tratamento Águas residuais não tratadas (m^3) dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais Águas residuais rejeitadas (m^3) e existência de tratamento Percentagem do número de alojamentos servidos por sistema público de saneamento de águas residuais (Valor de referência $\geq 90\%$, com variação entre 70 e 100%)

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Infraestruturas (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a fiabilização e modernização dos sistemas públicos de abastecimento de água e a efetiva cobertura e a qualidade dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem da população equivalente servida por sistema público de saneamento de águas residuais que asseguram o cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respetiva licença (Valor de referência $\geq 80\%$) Percentagem de águas pluviais e de infiltração de afluentes aos sistemas de drenagem (Valor de referência $\leq 20\%$) Número de redes existentes e número de redes programadas Proporcionalidade entre o número de redes de redes existentes e o número de redes programadas e a expansão do solo urbano Proporcionalidade entre as redes existentes e as áreas de maior capacidade construtiva Evolução das tarifas municipais
	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso eficiente da água 	<ul style="list-style-type: none"> Consumo de água por habitante ($m^3/hab.$) Consumo de água abastecida pela rede pública (m^3) Percentagem de água captada que é efetivamente utilizada e não perdida (Valor de referência $\geq 80\%$) Eficiência de utilização da água (%) Percentagem de perdas de água no sistema público de abastecimento

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Infraestruturas (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso eficiente da água 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de reutilização de águas residuais tratadas (Valor de referência $\geq 10\%$) Quantidade de água consumida por habitante no concelho Percentagem de perdas na rede de abastecimento de água
	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma gestão integrada e sustentável dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de população servida por um sistema de recolha seletiva de RSU no concelho Quantidade de RSU, plástico, papel e vidro produzidos por habitante no concelho
	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a melhoria dos acessos viários e a mobilidade da população 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de novos acessos construídos N.º de ações de melhoramento verificadas Repartição modal das deslocações no concelho

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Paisagem e Património Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar e valorizar o património cultural, geológico e natural • Assegurar a compatibilização dos usos do solo com o património cultural, geológico e natural • Conservar a paisagem e assegurar a compatibilização com os usos do solo • Reforçar a identidade do território • Promover a paisagem, o património cultural, geológico e natural enquanto recursos/produtos turísticos • Preservar e valorizar o património arqueológico e arquitetónico 	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de elementos patrimoniais de interesse (geológico, cultural/edificado, natural e paisagístico) classificados e em vias de classificação • N.º de ações desenvolvidas para proteção do património cultural, geológico e natural • N.º de ações desenvolvidas para proteção da manutenção dos elementos patrimoniais da paisagem • N.º de ações de promoção da dinamização cultural em redor do património e cultura local • Estado de preservação do património arqueológico e arquitetónico • N.º de ações desenvolvidas para a divulgação do património arqueológico e arquitetónico



Situação atual, tendências de evolução e efeitos

5. SITUAÇÃO ATUAL, TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO E EFEITOS

Foi efetuado um breve diagnóstico da situação atual para os FCD identificados anteriormente, de forma a contribuir para identificar e avaliar os efeitos significativos associados à proposta de 1.ª revisão do PDM de Porto de MÓS, tendo sido igualmente descrita a sua evolução expectável com a implementação da 1.ª revisão do PDMPM e sem a implementação da 1.ª revisão do PDMPM, ou seja, a análise de tendências em ambos os cenários.

Posteriormente são identificados e descritos os principais efeitos que advêm da implementação da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós. De forma a sistematizar a informação relativa aos efeitos, é apresentado um Quadro-resumo na sequência da descrição dos mesmos feita para cada FCD. No interior do Quadro colocam-se os efeitos que resultam do cruzamento de pontos fortes ou fracos com oportunidades ou ameaças. Os pontos fortes e pontos fracos representam o que o concelho e, em particular, o PDM em vigor possuem de vantagens/bom e desvantagens/mau, respetivamente. As oportunidades e ameaças representam o que a 1.ª revisão do PDM vem trazer que seja considerado uma vantagem/bom e desvantagem/mau para os pontos fortes/fracos. O desenvolvimento deste Quadro foi feito com base na consideração de que se, por exemplo, existe uma oportunidade identificada na 1.ª revisão do PDM que determina um efeito potencialmente positivo, este efeito vai ter significâncias diferentes consoante o PDM em vigor integre esse aspeto ou não, ou seja, reflita um ponto forte ou ponto fraco.

5.1. Governança

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Auscultação da população e dos agentes sociais no processo de revisão do PDM e respetiva AAE • Atração de novos agentes sociais para o território com alargamento da participação pública e da interação entre os agentes • Maior facilidade de acesso e disponibilização da informação aos agentes sociais e à população em geral • Aumento da partilha de responsabilidade entre os agentes sociais, com o aumento das parcerias na implementação das intervenções previstas • Interação entre os agentes sociais envolvidos na implementação da revisão do PDM e das diretrizes e medidas da respetiva AAE • Desenvolvimento de processos de AIA e/ou EInCA integrados na AAE da 1.ª revisão do PDM 	<ul style="list-style-type: none"> • A utilização das novas tecnologias da comunicação e informação, nomeadamente os serviços online, o SIG e a disponibilização de informação à população na internet poderá não ser o veículo mais adequado para determinados públicos-alvo
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do rigor na delimitação dos espaços, com atualização da base cartográfica e utilização de novas tecnologias da comunicação e informação 	<ul style="list-style-type: none"> • A falta de compatibilização entre a 1.ª revisão do PDM e os Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fracos (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Articulação com os Instrumentos de Gestão Territorial hierarquicamente superiores e municipais, com os planos estratégicos relevantes e com a legislação aplicável 	

NOTA: OS PONTOS NO QUADRO SÃO OS EFEITOS SIGNIFICATIVOS

5.2. Biodiversidade

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Existência do PNSAC e respetivo Plano de Ordenamento • Existência e integração no PDM das orientações do PROF Centro Litoral (ZIF, PGF, plantação/manutenção de espécies autóctones) • Funções de proteção no ordenamento do Solo Rural • Extensa área natural existente no município • Existência e orientações do PROF Centro Litoral • Mais de 70% do concelho encontra-se classificado como Área Protegida/PNSAC ou como SIC da Rede Natura 2000 • Existência de espécies de floresta autóctone • Maior parte do concelho tem como primeira prioridade a função de conservação de habitats/fauna e flora (Bases do PROF Centro Litoral), valorizando o património natural • Perspetiva de conservação no PDM proposto, com definição de Espaços Agrícolas de Conservação e Espaços Florestais de Conservação • A intenção de preservação da atividade agrícola e florestal do concelho e valorização da produção olivícola poderá ser apoiada por incentivos nacionais ou comunitários 	-

	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> • Redefinição dos limites da REN e da RAN 	
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> • Definição e delimitação de uma EEM • Tradição agrícola do Planalto de Santo António • Zona húmida do polje de Mira-Minde 	-
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> • Uma parte do concelho classificado como risco alto ou muito alto de incêndio, mas que assim fica interdito à edificabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de articulado no PDM proposto relativo às orientações de gestão do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para o Sítio Serras de Aires e Candeeiros • Crescimento das áreas ardidas nos últimos anos • Aumento das manchas de eucalipto e pinheiro-bravo • Ausência de consideração no PDM proposto de referência à contenção e/ou diminuição de produções florestais intensivas • Transformação de zonas agrícolas em zonas industriais • Expansão urbana que poderá trazer perturbações nos ecossistemas mais sensíveis • Inexistência de levantamentos atualizados de fauna, flora e vegetação • Degradação das galerias ripícolas • Densificação populacional dos aglomerados na zona agrícola de pomares e vinha e na zona florestal de pinheiro bravo, ambas a nordeste do concelho

	Oportunidades	Ameaças
		<ul style="list-style-type: none">• Abandono agrícola

NOTA: OS PONTOS NO QUADRO SÃO OS EFEITOS SIGNIFICATIVOS

5.3. Desenvolvimento Humano

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de infraestruturas • Capacidade da atração de população para o município de forma a evitar a migração • Criação de novos equipamentos de Ação Social de apoio a idosos • Aproveitamento de investimentos públicos e/ou privados • Equipamentos desportivos no concelho, que permitem dinamizarem as atividades desportivas • Crescimento demográfico registado nos últimos anos • Tendência para o crescimento demográfico do concelho (horizonte temporal 2021), em especial nas freguesias de Arrimal, Calvaria de Cima, Juncal, Pedreiras e Porto de Mós • Previsão de vários projetos no domínio dos equipamentos coletivos (educativos; saúde; solidariedade e segurança social e desportivos) • Intervenções que promovam a melhoria do ambiente urbano ou rural e das condições de operação das empresas • Evolução positiva dos níveis de ensino atingidos pela população, na última década 	-

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fracos	-	<ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento da população residente • Diminuição das taxas de natalidade e ocorrência de saldo natural negativo, na última década • Aumento do índice de dependência de idosos • Baixos níveis de recursos humanos na área da saúde • Menor ritmo de crescimento demográfico comparativamente à sub-região do Pinhal Litoral • Mais de metade das freguesias apresentou uma dinâmica demográfica recessiva entre 2001 e 2011, mantendo-se essa tendência para o ano 2021, embora a projeção para o concelho seja de crescimento populacional, isto é, o crescimento populacional vai incidir nas mesmas freguesias que tem vindo a crescer ao longo dos anos • Baixa capacidade de acolhimento de equipamentos de Segurança Social e Solidariedade ao nível de valências para Idosos • Fraco nível de instrução e qualificação de mão-de-obra • Existência de equipamentos de saúde que funcionam em instalações que apresentam mau ou razoáveis estados de conservação

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fracos (cont.)		<ul style="list-style-type: none"> • Dependência funcional de Porto de Mós, face a outros centros urbanos mais dinâmicos (sobretudo, Leiria) • Reduzida dimensão da Vila de Porto de Mós, que dificulta a emergência de uma verdadeira centralidade • Condicionantes legais e ambientais à atividade humana impostas pelo Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

NOTA: OS PONTOS NO QUADRO SÃO OS EFEITOS SIGNIFICATIVOS

5.4. Dinâmicas Socioeconómicas

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de infraestruturas, em especial de rede viária • Aproveitamento de investimentos públicos e/ou privados • Previsão de vários projetos no domínio dos equipamentos coletivos (educativos; saúde; solidariedade e segurança social e desportivos) • Intervenções que promovam a melhoria do ambiente urbano ou rural e das condições de operação das empresas • Aumento do nível de vida das populações (poder de compra, emprego e rendimentos) • Qualificação dos recursos humanos • Valorização do espaço rural e património natural • Concelho com múltiplas tradições industriais (extrativa e transformadora da pedra, cerâmica decorativa e industrial e têxtil) • Existência do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros que pode ser aproveitado para dinamização das atividades turísticas • Progressivo aumento do emprego e do número de empresas de 	

	Oportunidades	Ameaças
	atividades económicas do sector terciário	
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> • Importância concelhia, regional e nacional do <i>cluster</i> das rochas ornamentais • Dinâmica urbana, demográfica e industrial das freguesias do noroeste (Calvaria da Cima, Juncal, Pedreiras, São João Baptista e São Pedro) e do aglomerado de Mira de Aire • Procura de localização recente por parte de indústrias, em especial da extrativa e transformadora da pedra, cerâmica decorativa e industrial e têxtil • Aposta na promoção e <i>marketing</i> da imagem de Porto de Mós, associada às rochas ornamentais, grutas e património cultural e natural • Concretização de projetos Rede Social, e Inserção/Emprego, no estímulo à criação de autoemprego 	-
Pontos fracos	-	<ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento da população residente • Fraco nível de instrução e qualificação de mão-de-obra • Dependência funcional de Porto de Mós, face a outros centros urbanos mais dinâmicos (sobretudo, Leiria) • Reduzida dimensão da Vila de Porto de Mós, que dificulta a

	Oportunidades	Ameaças
		emergência de uma verdadeira centralidade
Pontos fracos (cont.)	-	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionantes e restrições legais e ambientais à atividade humana impostas pelo Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros • Aumento das taxas de desemprego (total e feminino) • Estrutura comercial débil, de pequena dimensão e de cariz familiar • Potenciais conflitos com a atividade turística

NOTA: OS PONTOS NO QUADRO SÃO OS EFEITOS SIGNIFICATIVOS

5.5. Fatores Biofísicos e Ambientais

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> Existência de mapas de ruído e de risco Desvio do tráfego de algumas vias concelhias com a construção do IC9 e da Variante do IC2 à Batalha (A19) Proposta de construção de novas vias rodoviárias ao atravessamento de Porto de Mós, de Mira de Aire, Juncal, Alqueidão da Serra Aumento da produção e do consumo de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis Redução de emissões de GEE Aumento do contributo do município para o cumprimento de metas nacionais e internacionais, nomeadamente ao nível da produção de energia a partir de fontes renováveis e redução de emissões de GEE 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da área industrial/área logística e consequente eventual acréscimo dos níveis sonoros caraterísticos do ruído ambiente e das emissões de poluentes atmosféricos Impermeabilização dos solos Implantação dos Parques Eólicos de Serro Ventoso, de Mira de Aire, de Mendiga, de Alqueidão da Serra e de Alvados com consequente degradação do ambiente sonoro local e impacte paisagístico Intermitência na produção de energia elétrica a partir de energia eólica
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> Uma parte do concelho está classificada como risco alto ou muito alto de incêndio mas que assim fica interdita à edificabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Utilização excessiva de adubos e pesticidas o que pode provocar poluição dos recursos hídricos Diminuição da recarga dos aquíferos Vulnerabilidade dos aquíferos cársicos a contaminação Focos de degradação da qualidade do ar e do ambiente

	Oportunidades	Ameaças
		sonoro associado ao tráfego rodoviário, indústria e extração de inertes
Pontos fracos (cont.)	-	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade industrial encontra-se dispersa, encontrando-se algumas das indústrias inseridas na malha urbana • O IC2/EN1, EN8, EN243, EN362 e a EM242-4 são as principais vias com maior risco de sinistralidade • Ausência de programas ou medidas ao nível da eficiência energética • Ausência de um estudo municipal sobre o potencial de aproveitamento de fontes de energia renováveis • Crescimento das áreas ardidas nos últimos anos • Consideráveis manchas de eucalipto e pinheiro-bravo que poderão aumentar o risco de incêndio florestal • Aumento do tráfego rodoviário consequentemente poderá levar ao aumento do risco de acidentes e dos níveis de ruído

NOTA: OS PONTOS NO QUADRO SÃO OS EFEITOS SIGNIFICATIVOS

5.6. Infraestruturas

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Grande dinâmica urbanística associada ao crescimento populacional • Criação de um quadro normativo na 1.ª revisão do PDM que controle a ocupação fora das áreas urbanas e no interior dos perímetros urbanos, consoante as características urbanísticas existentes • Definição de perímetros urbanos que contribuirão para o fecho da malha urbana, e contrariarão o desenvolvimento linear • Intenção de elaborar Planos de Urbanização para Porto de Mós e Mira de Aire, de Plano de Salvaguarda para o Núcleo Antigo de Porto de Mós e de Planos de Pormenor para as áreas de expansão dos aglomerados, que irão definir as regras de ocupação • Existência de 2 Planos de Pormenor em vigor: o da Zona Industrial de Porto de Mós e o da Zona Industrial de Mira de Aire • Existência de um eixo industrial e zonas industriais que dinamizam o desenvolvimento do concelho • Criação de novas zonas industriais, nomeadamente em Chão da 	<ul style="list-style-type: none"> • Impermeabilização dos solos • Sobrecarga dos sistemas de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos existentes devido ao aumento da expansão urbana e ao aumento dos espaços industriais e de atividades económicas

	Oportunidades	Ameaças
	Feira e Mendiga, para incentivar a fixação de unidades industriais	
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação das Zonas Industriais de Porto de Mós e Mira de Aire • A consolidação da zona industrial da Santeira EN1 • Nível de atendimento, em 2008, da Rede de Abastecimento de Água próximo dos 100% • Proximidade à estação de transferência de Alcanadas • Existência de dois sistemas multimunicipais que tratam de uma forma integrada as redes de saneamento (SIMLIS) e os RSU (VALORLIS) • Execução de novas infraestruturas de abastecimento de água, nomeadamente novas captações, reservatórios e condutas • Construção de rede de abastecimentos na zona Sul do concelho (S. Bento) • Implementação de novos subsistemas de saneamento que abrangem o concelho de Porto de Mós • Melhoramento de algumas infraestruturas que se encontram degradadas ou que precisam de maior capacidade • Acessibilidade favorável a Leiria • Características físicas dos troços da Rede Municipal que asseguram as funções mais relevantes 	-

	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> Investimentos recentes e previstos no âmbito da Rede Nacional e Municipal 	
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Desvio do tráfego de algumas vias concelhias com a construção do IC9 e da Variante do IC 2 à Batalha Proposta de construção da variante a Calvaria de Cima Definição de um conceito global para a rede viária concelhia, incluindo o estabelecimento da sua adequada hierarquização funcional Criação de um quadro normativo no âmbito da revisão do PDM que defina os parâmetros a adotar no que respeita à gestão e ao ordenamento da rede atual, bem como às futuras intervenções a efetuar 	
Pontos fracos	-	<ul style="list-style-type: none"> Permitir a construção em áreas exteriores ao perímetro urbano, pelo que existem construções em zonas exteriores aos perímetros urbanos em vigor Existência de áreas de edificação dispersa, o que contribui para a existência de diversos espaços intrínsecos desocupados Desenvolvimento urbano ao longo dos principais eixos viários e ao longo dos caminhos existentes Aumento da desertificação e da degradação dos núcleos

	Oportunidades	Ameaças
		<p>antigos em função da construção de novas habitações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eixo industrial apoiado no IC2/EN1 e na EN8
Pontos fracos (cont.)	-	<ul style="list-style-type: none"> • Massificação da estrutura industrial existente em detrimento da imagem urbana tradicional do concelho • Atividade industrial encontra-se dispersa, encontrando-se algumas das indústrias inseridas na malha urbana • Perdas de água elevadas (35%), com maior expressão em Mira de Aire (60%) • Alguns aglomerados não são servidos por rede de abastecimento de água e/ou de saneamento • Pontuais descargas indevidas de águas residuais domésticas não tratadas • Utilização de fossas sépticas individuais pode levar a potenciais focos de contaminação • Algumas das atividades existentes em espaço rural (agricultura, pequenas indústrias ou armazéns, pecuárias, etc.) podem ter consequências ao nível da qualidade dos solos e da água • Necessidade de expandir o sistema de recolha seletiva à zona sul do concelho

	Oportunidades	Ameaças
		<ul style="list-style-type: none"> Estrutura radial da rede viária e orografia acidentada, condicionando o traçado das vias e a mobilidade interna
Pontos fracos (cont.)		<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de variantes que permitam segregar o tráfego de atravessamento a Porto de Mós, bem como a outros núcleos urbanos, com destaque para Mira de Aire Reduzida oferta e cobertura territorial do serviço de Transporte Público

NOTA: OS PONTOS NO QUADRO SÃO OS EFEITOS SIGNIFICATIVOS

5.7. Paisagem e Património Cultural

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Localização do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota no concelho de Porto de Mós • Existência de Património Classificados: 3 Monumentos Nacionais e 4 Imóveis de Interesse Público • Existência de outro património com interesse, com exemplares de arquitetura religiosa, civil (pública e privada), industrial e de estruturas de apoio • Existência de Património Natural, em particular o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros destacando-se as Grutas de Alvados, de Santo António e de Mira de Aire, a Fórnea e as antigas Mina de Carvão • Existência de um elevado número de sítios e elementos de património arqueológico • Núcleo antigo da vila de Porto de Mós • Exploração turística e pedagógica do património espeleológico • Arranjo paisagístico do Morro do Castelo • Criação de uma rede de atividades recreativas relacionadas com 	-

	Oportunidades	Ameaças
	a riqueza geológica	
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Riqueza do património geológico do concelho: vales de vertentes abruptas, campos de lapiaz, dolinas, uvalas, algares e grutas por explorar Vistas panorâmicas e inúmeras estradas de interesse paisagístico Aposta na promoção e marketing da imagem de Porto de Mós, associada às rochas ornamentais, grutas e património cultural e natural Valorização do património natural pela promoção do Turismo de Natureza e em particular as atividades de desporto de natureza no PNSAC 	-
Pontos fracos	-	<ul style="list-style-type: none"> Impactes decorrentes de obras e de projetos públicos ou privados, nomeadamente infraestruturas rodoviárias e equipamentos, no património arqueológico Degradação de alguns imóveis classificados Insuficiência de informação disponível, o que dificulta o turismo Massificação das áreas envolventes aos imóveis classificados Descaraterização dos núcleos antigos com interesse face à

	Oportunidades	Ameaças
		introdução de linguagens arquitetónicas contrastantes
Pontos fracos (cont.)	-	<ul style="list-style-type: none"> • Extensas áreas de extração de massas minerais • Intrusão de elementos perturbadores na paisagem, em particular parques eólicos • Destruição de elementos da paisagem tradicional • Redução do potencial do turismo de natureza e aventura, devido aos diversos condicionalismos (ordenamento do território, tendo em vista a salvaguarda dos recursos naturais e património) • Abandono progressivo de sítios arqueológicos ou elementos patrimoniais e consequente degradação dos mesmos • Agravamento do caráter lacunar da informação relativa ao património histórico-arqueológico, comprometendo a operacionalidade dos IGT

NOTA: OS PONTOS NO QUADRO SÃO OS EFEITOS SIGNIFICATIVOS



Medidas de Gestão e Controlo

6. MEDIDAS DE GESTÃO E CONTROLO

6.1. Medidas de Gestão

As medidas de gestão apresentadas no Quadros seguintes, para cada FCD, têm como objetivo prevenir, reduzir, ou, sempre que possível, eliminar os efeitos negativos resultantes da implementação da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós, bem como potenciar os efeitos positivos expectáveis.

6.1.1. Governança

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> Auscultação da população e dos agentes sociais no processo de revisão do PDM e respetiva AAE 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a participação pública dos cidadãos e dos agentes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> A utilização das novas tecnologias da comunicação e informação, nomeadamente os serviços online, o SIG e a disponibilização de informação à população na internet poderá não ser o veículo mais adequado para determinados públicos-alvo 	<ul style="list-style-type: none"> Utilizar meios e veículos de informação e comunicação com a população que não dependam exclusivamente das novas tecnologias
	<ul style="list-style-type: none"> Atração de novos agentes sociais para o território com alargamento da participação pública e da interação entre os agentes 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o desenvolvimento e concretização de formas de interação entre os agentes sociais 		
	<ul style="list-style-type: none"> Maior facilidade de acesso e disponibilização da informação aos agentes sociais e à população em geral 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a existência de locais com informação disponível para a população, de modo acessível, considerando diferentes modos de acesso para diferentes públicos-alvo 		
	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da partilha de responsabilidade entre os agentes sociais, com o aumento das parcerias na implementação das intervenções previstas 	<ul style="list-style-type: none"> Promover as parcerias e acordos multilaterais entre os agentes sociais na implementação de políticas, planos e projetos Assegurar um elevado grau de interação entre os agentes envolvidos 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Interação entre os agentes sociais envolvidos na implementação da revisão do PDM e das diretrizes e medidas da respetiva AAE 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar um elevado grau de interação entre os agentes envolvidos 		
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de processos de AIA e/ou EIncA integrados na AAE da revisão do PDM 	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar informação relativa ao PDM e à respetiva AAE Assegurar processos de AIA e/ou EIncA coerentes e integrados na AAE 		
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do rigor na delimitação dos espaços, com atualização da base cartográfica e utilização de novas tecnologias da comunicação e informação 	<ul style="list-style-type: none"> Utilizar as novas tecnologias da comunicação e informação para um maior rigor na delimitação dos espaços e para disponibilizar informação à população Assegurar um ordenamento territorial adequado às necessidades da população e à realidade do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de compatibilização entre a 1.ª revisão do PDM e os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a compatibilização entre a 1.ª revisão do PDM e os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fracos (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Articulação com os Instrumentos de Gestão Territorial hierarquicamente superiores e municipais, com os planos estratégicos relevantes e com a legislação aplicável 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir uma compatibilização com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis (hierarquicamente superiores e municipais), com os planos estratégicos relevantes e com a legislação aplicável 		

6.1.2. Biodiversidade

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> Existência do PNSAC e respetivo Plano de Ordenamento Mais de 70% do concelho encontra-se classificado como Área Protegida/PNSAC ou como Sítio de Interesse Comunitário da Rede Natura 2000 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a promoção dos valores patrimoniais e naturais do município Assegurar que as orientações do POPNSAC e do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 são respeitadas Assegurar a aposta municipal no Turismo de natureza e Ecoturismo 	-	-
	<ul style="list-style-type: none"> Extensa área natural existente no município Existência de espécies de flora autóctone Maior parte do concelho tem com 1.ª prioridade a função de conservação de habitats/fauna e flora (Bases do PROF CL), valorizando o 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a manutenção da biodiversidade no concelho Promover a manutenção da floresta autóctone Promover a conservação dos valores naturais 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
	património natural			
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Existência e orientações do PROF Centro Litoral Existência e integração no PDM das orientações do PROF CL 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a implementação das orientações existentes no PROF CL para o concelho de Porto de Mós, nomeadamente de plantação/manutenção de espécies autóctones 	-	-
	<ul style="list-style-type: none"> Definição e delimitação de uma EEM Redefinição dos limites da RAN e da REN 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a aplicação da EEM, REN e RAN e das condicionantes previstas no Regulamento do PDMPM 		
	<ul style="list-style-type: none"> Perspetiva de conservação no PDM proposto, com definição de Espaços Agrícolas de Conservação e Espaços Florestais de Conservação A intenção de preservação da atividade agrícola e florestal do concelho e valorização da produção olivícola poderá ser apoiada por incentivos nacionais ou comunitários Tradição agrícola do Planalto de Santo António 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção da estrutura de micro-habitats das zonas agrícolas e florestais Incentivar a preservação das atividades agrícola e florestal, em especial nos locais onde já existe a tradição destas atividades Incentivar financeiramente a produção olivícola 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
	<ul style="list-style-type: none"> Zona húmida do polje de Mira-Minde 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a manutenção e preservação da zona húmida 		
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Funções de proteção no ordenamento do solo rural 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que as funções de proteção previstas no Regulamento do PDM de Porto de Mós sejam cumpridas assim como monitorizadas 		
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> Uma parte do concelho classificado como risco alto ou muito alto de incêndio, mas que assim fica interdito à edificabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a ausência de edificações nas áreas com risco muito alto e alto de incêndio Promover a limpeza dos matos e florestas Divulgação e promoção do PMEPC de Porto de Mós Assegurar a implementação das medidas previstas no PMEPC de Porto de Mós Assegurar a atualização das áreas percorridas por incêndio anualmente, na Planta de Condicionantes 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de articulado no PDM proposto relativo às orientações de gestão do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para o Sítio Serras de Aires e Candeeiros Crescimento das áreas ardidas nos últimos anos Aumento das manchas de eucalipto e pinheiro-bravo Ausência de consideração no PDM proposto de referência à contenção e/ou diminuição de produções florestais intensivas 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a consideração das orientações de gestão do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, nomeadamente a promoção do pastoreio extensivo Promover a limpeza de matos e florestas Assegurar a contenção de monoculturas intensivas Divulgação e promoção do PMEPC de Porto de Mós Assegurar a implementação das medidas previstas no PMEPC de Porto de Mós Assegurar a atualização das áreas percorridas por incêndio

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
				anualmente, na Planta de Condicionantes
Pontos fracos (cont.)			<ul style="list-style-type: none"> Transformação de zonas agrícolas em zonas industriais Abandono agrícola 	<ul style="list-style-type: none"> Preservar as zonas agrícolas das pressões de uso industrial Promover e incentivar a prática agrícola
			<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de levantamentos atualizados de fauna, flora e vegetação Degradação das galerias ripícolas 	<ul style="list-style-type: none"> Promover levantamentos de caracterização da fauna, flora e vegetação do concelho Garantir a preservação das galerias ripícolas, através do seu uso sustentável
			<ul style="list-style-type: none"> Expansão urbana que poderá trazer perturbações nos ecossistemas mais sensíveis Densificação populacional dos aglomerados na zona agrícola de pomares e vinha e na zona florestal de pinheiro bravo, ambas a nordeste do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Preservar as zonas agrícolas e florestais das pressões de uso urbano Promover e incentivar a prática agrícola e florestal com recurso às espécies autóctones Conter a expansão urbana, privilegiando o licenciamento nos perímetros urbanos

6.1.3. Desenvolvimento Humano

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de infraestruturas 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de quadros de apoio à melhoria das infraestruturas 		
	<ul style="list-style-type: none"> Crescimento demográfico registado nos últimos anos Tendência para o crescimento demográfico do concelho (horizonte 2021), em especial nas freguesias de Arrimal, Calvaria de Cima, Juncal, Pedreiras e Porto de Mós Capacidade da atração de população para o município de forma a evitar a migração 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a alteração da estrutura demográfica e os seus impactes Reforço dos equipamentos coletivos Lançamento de atividades de lazer e de tempos livres, abrangendo todas as faixas etárias Incentivos à criação de emprego e empreendedorismo 	-	-
	<ul style="list-style-type: none"> Aproveitamento de investimentos públicos e/ou privados 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de sistemas de incentivos que potenciem o investimento público e/ou 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
		privado		
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Previsão de vários projetos no domínio dos equipamentos coletivos (educativos; saúde; solidariedade e segurança social e desportivos) Criação de novos equipamentos de Ação Social de apoio a idosos Equipamentos desportivos no concelho, que permitem dinamizarem as atividades desportivas 	<ul style="list-style-type: none"> Efetuar estudo para determinar as necessidades futuras Face aos resultados do estudo anterior, propor a criação de novos equipamentos coletivos Avaliar o estado dos equipamentos coletivos existentes e realizar obras de melhoramento nos casos que necessitem Dinamização dos equipamentos coletivos existentes 	-	-
	<ul style="list-style-type: none"> Evolução positiva dos níveis de ensino atingidos pela população, na última década 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação dos níveis de ensino atingidos pela população Diversificar a oferta formativa tendo em conta as carências verificadas 		
	<ul style="list-style-type: none"> Intervenções que promovam a melhoria do ambiente urbano ou rural e das condições de operação das 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que são implementadas intervenções que promovam a melhoria do ambiente urbano ou rural e das condições de operação 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
	empresas	das empresas		
Pontos fracos	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Envelhecimento da população 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o grau de envelhecimento da população
			<ul style="list-style-type: none"> Aumento do índice de dependência de idosos 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução do índice de dependência de idosos
			<ul style="list-style-type: none"> Mais de metade das freguesias apresentou uma dinâmica demográfica recessiva entre 2001 e 2011, mantendo-se essa tendência para o ano 2021, embora a projeção para o concelho seja de crescimento populacional, isto é, o crescimento populacional vai incidir nas mesmas freguesias que tem vindo a crescer ao longo dos anos Menor ritmo de crescimento demográfico comparativamente à sub-região do Pinhal Litoral 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar as dinâmicas demográficas ao nível das freguesias Avaliar as dinâmicas demográficas ao nível do concelho Promover ações de incentivo à natalidade Promover uma rede de apoio social Promover a fixação de população jovem nas freguesias com dinâmicas recessivas Dinamizar o concelho de forma a torna-lo mais atrativo

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
				para a fixação de população
Pontos fracos (cont.)	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição das taxas de natalidade e ocorrência de saldo natural negativo, na última década 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução das taxas de natalidade e do saldo natural Promover ações de incentivo à natalidade
			<ul style="list-style-type: none"> Baixa capacidade de acolhimento de equipamentos de Segurança Social e Solidariedade ao nível de valências para Idosos 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de ações que visem a melhoria da capacidade de acolhimento de equipamentos de segurança social e solidariedade ao nível de valências para idosos
			<ul style="list-style-type: none"> Baixos níveis de recursos humanos na área da saúde Existência de equipamentos de saúde que funcionam em instalações que apresentam mau ou razoáveis estados de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de medidas que visem melhorar os níveis de recursos humanos na saúde Assegurar a implementação de ações de melhoria do estado de conservação dos equipamentos de saúde
			<ul style="list-style-type: none"> Fraco nível de instrução e qualificação de mão-de-obra 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o nível de instrução e qualificação da mão-de-obra Face aos resultados da avaliação, promover ações de instrução e qualificação da

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
				mão-de-obra, indo de encontro às necessidades
Pontos fracos (cont.)	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Dependência funcional de Porto de Mós, face a outros centros urbanos mais dinâmicos (sobretudo, Leiria) Reduzida dimensão da Vila de Porto de Mós, que dificulta a emergência de uma verdadeira centralidade 	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar o concelho quer em termos de fixação de população, assim como de fixação de empresas
			<ul style="list-style-type: none"> Condicionantes legais e ambientais à atividade humana impostas pelo Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros 	<ul style="list-style-type: none"> Promover o correto ordenamento das atividades humanas, minimizando o seu impacto nos recursos naturais Garantir que as condicionantes legais e ambientais impostas pelo PNSAC são implementadas

6.1.4. Dinâmicas Socioeconómicas

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de infraestruturas, em especial da rede viária 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de quadros de apoio à melhoria das infraestruturas viárias ou outras 	-	-
	<ul style="list-style-type: none"> Aproveitamento de investimentos públicos e/ou privados 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de sistemas de incentivos que potenciem o investimento público e/ou privado 		
	<ul style="list-style-type: none"> Previsão de vários projetos no domínio dos equipamentos coletivos (educativos; saúde; solidariedade e segurança social e desportivos) 	<ul style="list-style-type: none"> Efetuar estudo para determinar as necessidades futuras Face aos resultados do estudo anterior, propor a criação de novos equipamentos coletivos Dinamização dos equipamentos coletivos existentes 		
	<ul style="list-style-type: none"> Intervenções que promovam a melhoria do ambiente urbano ou rural e das condições de operação das 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que são implementadas intervenções que promovam a melhoria do ambiente urbano ou rural e 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
	empresas	das condições de operação das empresas		
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do nível de vida das populações (poder de compra, emprego e rendimentos) 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução do poder de compra Avaliar a evolução da taxa de emprego Avaliar a evolução do rendimento disponível 		
	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação dos recursos humanos 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir a taxa de analfabetismo Aperfeiçoamento dos programas de formação profissional Promover campanhas relacionadas com as escolas para atrair os jovens 	-	-
	<ul style="list-style-type: none"> Valorização do espaço rural e património natural Existência do Parque Natural das Serras de Mira de Aire e Candeeiros que pode ser aproveitado para dinamização das atividades turísticas 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a promoção dos valores patrimoniais e naturais do município Assegurar que as orientações do POPNSAC e do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 são respeitadas Assegurar a aposta municipal 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
		no Turismo de natureza e Ecoturismo		
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Concelho com múltiplas tradições industriais (extrativa e transformadora da pedra, cerâmica decorativa e industrial e têxtil) Importância concelhia, regional e nacional do <i>cluster</i> das rochas ornamentais Procura de localização recente por parte de indústrias, em especial da extrativa e transformadora da pedra, cerâmica decorativa e industrial e têxtil Aposta na promoção e <i>marketing</i> da imagem de Porto de Mós, associada às rochas ornamentais, grutas e património cultural e natural 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução da importância concelhia, regional e nacional do <i>cluster</i> das rochas ornamentais Promover as tradições industriais do concelho Construir um Plano de Marketing para o concelho alicerçado nas atividades industriais características assim como dos valores naturais e culturais presentes 	-	-
	<ul style="list-style-type: none"> Progressivo aumento do emprego e do número de 	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a fixação de empresas e criação de emprego do 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
	empresas de atividades económicas do sector terciário	sector terciário		
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Dinâmica urbana, demográfica e industrial das freguesias do noroeste (Calvaria da Cima, Juncal, Pedreiras, São João Baptista e São Pedro) e do aglomerado de Mira de Aire 	<ul style="list-style-type: none"> Promover um correto ordenamento destas freguesias de modo a evitar potenciais conflitos entre dinâmica urbana e industrial 		
	<ul style="list-style-type: none"> Concretização de projetos Rede Social, e Inserção/Emprego, no estímulo à criação de autoemprego 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar os projetos de Rede Social, Inserção/Emprego e estímulo à criação de autoemprego Face aos resultados, dirigir novos projetos de modo a colmatar as falhas e carências Apoiar a criação do autoemprego 	-	-
Pontos fracos			<ul style="list-style-type: none"> Envelhecimento da população residente 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o grau de envelhecimento da população
	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Fraco nível de instrução e qualificação de mão-de-obra 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o nível de instrução e qualificação da mão-de-obra Face aos resultados da avaliação, promover ações de instrução e qualificação da

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
				mão-de-obra, indo de encontro às necessidades
Pontos fracos (cont.)	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Dependência funcional de Porto de Mós, face a outros centros urbanos mais dinâmicos (sobretudo, Leiria) Reduzida dimensão da Vila de Porto de Mós, que dificulta a emergência de uma verdadeira centralidade 	<ul style="list-style-type: none"> Dinamizar o concelho quer em termos de fixação de população, assim como de fixação de empresas
			<ul style="list-style-type: none"> Condicionantes legais e ambientais à atividade humana impostas pelo Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros 	<ul style="list-style-type: none"> Promover o correto ordenamento das atividades humanas, minimizando o seu impacto nos recursos naturais Garantir que as condicionantes legais e ambientais impostas pelo PNSAC são implementadas
			<ul style="list-style-type: none"> Aumento das taxas de desemprego (total e feminino) Estrutura comercial débil, de pequena dimensão e de cariz familiar 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução da taxa de desemprego Apoiar a criação de emprego Avaliar a evolução da estrutura comercial
			<ul style="list-style-type: none"> Potenciais conflitos com a atividade turística 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o n.º de conflitos existentes com a atividade turística e propor medidas de

Oportunidades		Ameaças	
Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
			minimização/resolução

6.1.5. Fatores Biofísicos e Ambientais

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> Existência de mapas de ruído e de risco 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a aplicação dos mapas de ruído e das condicionantes previstas no Regulamento do PDM de Porto de Mós Promover a aplicação dos mapas de risco e das condicionantes previstas no Regulamento do PDM de Porto de Mós Promover a elaboração de Planos de redução do ruído onde necessário Assegurar a atualização da informação sobre as áreas percorridas por incêndio anualmente, na Planta de Condicionantes 	<ul style="list-style-type: none"> Impermeabilização dos solos Aumento da área industrial/área logística e consequente eventual acréscimo dos níveis sonoros característicos do ruído ambiente e das emissões de poluentes atmosféricos Implantação dos Parques Eólicos de Serro Ventoso, de Mira de Aire, de Mendiga e de Alvados com consequente degradação do ambiente sonoro local e impacte paisagístico 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a manutenção da drenagem natural e recarga dos aquíferos através da impermeabilização das áreas estritamente necessárias Avaliar a evolução do ambiente sonoro e da qualidade do ar no concelho Verificar o cumprimento dos limites estabelecidos na legislação junto das áreas industriais e definir novas zonas de conflito Promover a elaboração de Planos de redução de ruído para as zonas de conflito ou outras áreas onde se verifique a necessidade Avaliar os níveis de ruído na

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
				envolvente dos Parques Eólicos
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da produção e do consumo de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis Redução das emissões de GEE Aumento do contributo do município para o cumprimento de metas nacionais e internacionais, nomeadamente ao nível da produção de energia a partir de fontes renováveis e redução de emissões de GEE 	<ul style="list-style-type: none"> Promover o aumento da produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis Promover a implementação de infraestrutura de produção e transporte de energia elétrica a partir de fontes renováveis Desenvolvimento de uma Estratégia de Promoção para as Energias Alternativas e Eficiência Energética Promoção, em sede de Regulamento do PDM, de medidas que promovam a utilização de fontes de energia renováveis Promover o desenvolvimento de estratégias de redução de 	<ul style="list-style-type: none"> Intermitência na produção de energia elétrica a partir de energia eólica 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o potencial de produção de energia elétrica a partir de outras fontes de energia renováveis

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
		emissões de GEE		
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Desvio do tráfego de algumas vias concelhias com a construção do IC9 e da Variante do IC 2 à Batalha Proposta de construção de novas vias rodoviárias ao atravessamento de Porto de Mós, de Castro de Aire, Juncal, Alqueidão da Serra 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar os efeitos da construção do IC9 e da Variante do IC2 à Batalha no âmbito sonoro e na qualidade do ar local Avaliar os efeitos da proposta de construção de novas vias rodoviárias ao atravessamento de núcleos urbanos no ambiente sonoro e na qualidade do ar local Desenvolver Planos de Gestão de tráfego orientadas para a mobilidade sustentável do concelho 		
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> Uma parte do concelho classificado como risco alto ou muito alto de incêndio, mas que assim fica interdito à edificabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a ausência de edificações nas áreas com risco muito alto e alto de incêndio Promover a limpeza dos matos e florestas Divulgação e promoção do PMEPC de Porto de Mós Assegurar a implementação 	<ul style="list-style-type: none"> Utilização excessiva de adubos e pesticidas o que pode provocar poluição dos recursos hídricos Vulnerabilidade dos aquíferos cársicos a contaminação Diminuição da recarga dos aquíferos 	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma agricultura sustentável Avaliar periodicamente a qualidade das águas Assegurar que são estabelecidos perímetros de proteção às captações de água destinadas a consumo

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
		das medidas previstas no PMEPC de Porto de Mós		humano
Pontos fracos (cont.)			<ul style="list-style-type: none"> Focos de degradação da qualidade do ar e do ambiente sonoro associados ao tráfego rodoviário, indústria e extração de inertes Atividade industrial encontra-se dispersa, encontrando-se algumas das indústrias inseridas na malha urbana 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução da qualidade do ar e do ambiente sonoro no concelho e particularmente junto dos principais focos de degradação Assegurar que as novas unidades industriais são construídas em locais apropriados para o efeito
			<ul style="list-style-type: none"> O IC2/EN1, EN8, EN243, EN362 e a EM242-4 são as principais vias com maior risco de sinistralidade Aumento do tráfego rodoviário conseqüentemente poderá levar ao aumento do risco de acidentes e dos níveis de ruído 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução das taxas de sinistralidade junto ao IC2/EN1, EN8, EN243, EN362 e a EM242-4 e nas vias onde ocorra o aumento do tráfego rodoviário Assegurar que o Regulamento Geral do Ruído é cumprido Promover a elaboração de Planos de redução de ruído para as zonas de conflito ou outras áreas onde se verifique a necessidade Propor um conjunto de medidas com o intuito de

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
				reduzir as incompatibilidades existentes ao nível do ruído
Pontos fracos (cont.)			<ul style="list-style-type: none"> Ausência de programas ou medidas ao nível da eficiência energética Ausência de um estudo municipal sobre o potencial de aproveitamento de fontes de energia renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> Promover programas ou medidas ao nível da eficiência energética Elaborar um estudo sobre o potencial de aproveitamento de fontes de energia renováveis no município
			<ul style="list-style-type: none"> Crescimento das áreas ardidas nos últimos anos Consideráveis manchas de eucalipto e pinheiro-bravo que poderão aumentar o risco de incêndio florestal 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a limpeza de matos e florestas Assegurar a contenção de monoculturas intensivas Divulgação e promoção do PMEPC de Porto de Mós Assegurar a implementação das medidas previstas no PMEPC de Porto de Mós Assegurar a atualização das áreas percorridas por incêndio anualmente, na Planta de Condicionantes

6.1.6. Infraestruturas

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> Grande dinâmica urbanística associada ao crescimento populacional Criação de um quadro normativo na 1.ª revisão do PDM que controle a ocupação fora das áreas urbanas e no interior dos perímetros urbanos, consoante as características urbanísticas existentes Definição de perímetros urbanos que contribuirão para o fecho da malha urbana, e contrariarão o desenvolvimento linear Intenção de elaborar PU para Porto de Mós e Mira de Aire, de Plano de Salvaguarda para o Núcleo Antigo de Porto de Mós e de PP para as áreas de expansão dos aglomerados, 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a contenção da malha urbana Assegurar a ocupação urbana somente nas áreas urbanas e nos perímetros urbanos Elaborar os Planos de Urbanização para Porto de Mós e para Mira de Aire Elaborar o Plano de Salvaguarda para o Núcleo Antigo de Porto de Mós Elaborar os Planos de Pormenor para as áreas de expansão dos aglomerados 	<ul style="list-style-type: none"> Impermeabilização dos solos 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a manutenção da drenagem natural e recarga dos aquíferos através da impermeabilização das áreas estritamente necessárias

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
	que irão definir as regras de ocupação			
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Existência de 2 Planos de Pormenor em vigor: o da Zona Industrial de Porto de Mós e o da Zona Industrial de Mira de Aire Existência de um eixo industrial e zonas industriais que dinamizam o desenvolvimento do concelho Criação de novas zonas industriais, nomeadamente em Chão da Feira e Mendiga, para incentivar a fixação de unidades industriais Ampliação da Zona Industrial de Porto de Mós e da de Mira de Aire A consolidação da zona industrial da Santeira EN1 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o aumento controlado das áreas industriais Dinamizar o eixo industrial e as zonas industriais existentes ou programadas Incentivar a fixação de novas unidades industriais nas zonas industriais existentes ou programadas Assegurar a consolidação da zona industrial da Santeira 	<ul style="list-style-type: none"> Sobrecarga dos sistemas de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos existentes devido ao aumento da expansão urbana e ao aumento dos espaços industriais e de atividades económicas 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que a atual rede de recolha e tratamento de águas residuais tem capacidade para dar resposta às novas necessidades e propor medidas para a sua adaptação
	<ul style="list-style-type: none"> Nível de atendimento, em 2008, da Rede de 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar os níveis de atendimento a 100% ou 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
	Abastecimento de Água próximo dos 100%	muito próximo		
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade à estação de transferência de Alcanadas • Existência de dois sistemas multimunicipais que tratam de uma forma integrada as redes de saneamento (SIMLIS) e os RSU (VALORLIS) • Execução de novas infraestruturas de abastecimento de água, nomeadamente novas captações, reservatórios e condutas • Construção de rede de abastecimentos na zona Sul do concelho (S. Bento) • Implementação de novos subsistemas de saneamento que abrangem o concelho • Melhoramento de algumas infraestruturas que se encontram degradadas ou 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a construção de novas infraestruturas de abastecimento de água • Assegurar a construção da rede de saneamento na zona sul do concelho • Assegurar a implementação dos novos subsistemas de saneamento que abrangem o concelho • Avaliar o estado e a capacidade das infraestruturas de abastecimento e saneamento • Assegurar a melhoria das infraestruturas que se encontram degradadas ou que precisem de maior capacidade • Propor e implementar um conjunto de medidas que visem a melhoria da 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
	que precisam de maior capacidade	cobertura de rede de drenagem		
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade favorável a Leiria • Características físicas dos troços da Rede Municipal que asseguram as funções mais relevantes • Investimentos recentes e previstos no âmbito da Rede Nacional e Municipal • Desvio do tráfego de algumas vias concelhias com a construção do IC9 e da Variante do IC2 à Batalha • Proposta de construção da variante a Calvaria de Cima • Definição de um conceito global para a rede viária concelhia, incluindo o estabelecimento da sua adequada hierarquização funcional • Criação de um quadro que defina os parâmetros a adotar no que respeita à gestão e ao ordenamento da rede atual, 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o bom estado da rede viária do concelho • Assegurar a efetiva implementação do IC9 e da variante do IC2 à Batalha • Assegurar a construção da variante a Calvaria de Cima • Assegurar que o Quadro normativo com os parâmetros a adotar no que respeita à gestão e ao ordenamento da rede atual, bem como às futuras intervenções a efetuar é implementado • Assegurar que a hierarquização funcional da rede viária é implementada 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
	bem como às futuras intervenções a efetuar			
Pontos fracos	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Permitir a construção em áreas exteriores ao perímetro urbano, pelo que existem construções em zonas exteriores aos perímetros urbanos em vigor Existência de áreas de edificação dispersa, o que contribui para a existência de diversos espaços intrínsecos desocupados Desenvolvimento urbano ao longo dos principais eixos viários e ao longo dos caminhos existentes Aumento da desertificação e da degradação dos núcleos antigos em função da construção de novas habitações 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a contenção da malha urbana Assegurar a ocupação urbana somente nas áreas urbanas e nos perímetros urbanos Assegurar a ocupação de interstícios urbanos com funções urbanas Inverter a tendência de povoamento difuso Promover a recuperação dos núcleos antigos de forma a torna-los atrativos
			<ul style="list-style-type: none"> Massificação da estrutura industrial existente em detrimento da imagem 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a atividade industrial nas zonas dedicadas para tal

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
			urbana tradicional do concelho	
Pontos fracos (cont.)	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Eixo industrial apoiado no IC2/EN1 e na EN8 Atividade industrial encontra-se dispersa, encontrando-se algumas das indústrias inseridas na malha urbana 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a atividade industrial nas zonas dedicadas para tal
			<ul style="list-style-type: none"> Perdas de água elevadas (35%), com maior expressão em Mira de Aire (60%) Alguns aglomerados não são servidos por rede de abastecimento de água e/ou de saneamento Pontuais descargas indevidas de águas residuais domésticas não tratadas Utilização de fossas sépticas individuais pode levar a potenciais focos de contaminação Algumas atividades existentes em espaço rural (agricultura, indústrias, pecuárias) podem 	<ul style="list-style-type: none"> Propor e implementar um conjunto de medidas que visem reduzir as perdas e focos de poluição e contaminação de águas Assegurar que todos os aglomerados sejam servidos por rede de abastecimento de água e/ou de saneamento Assegurar que as atividades em espaço rural não provoquem contaminações nos solos e na água

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
			ter consequências ao nível da qualidade dos solos e da água	
Pontos fracos (cont.)	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de expandir o sistema de recolha seletiva à zona sul do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Implementar a expansão do sistema de recolha seletiva à zona sul do concelho
			<ul style="list-style-type: none"> Estrutura radial da rede viária e orografia acidentada, condicionando o traçado das vias e a mobilidade interna Inexistência de variantes que permitam segregar o tráfego de atravessamento a Porto de Mós, bem como a outros núcleos urbanos, com destaque para Mira de Aire Reduzida oferta e cobertura territorial do serviço de Transporte Público 	<ul style="list-style-type: none"> Estudar a possibilidade de variantes que evitem o atravessamento da vila de Porto de Mós, bem como de outros núcleos urbanos, com destaque para Mira de Aire Adequar o serviço de Transporte Público às necessidades da população

6.1.7. Paisagem e Património Cultural

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> Existência de Património Classificados: 3 Monumentos Nacionais e 4 Imóveis de Interesse Público Existência de outro património com interesse, com exemplares de arquitetura religiosa, civil (pública e privada), industrial e de estruturas de apoio 	<ul style="list-style-type: none"> Divulgar o Património Classificado e outro Património com Interesse Promover a salvaguarda deste Património assim como assegurar o seu bom estado de conservação 	-	-
	<ul style="list-style-type: none"> Existência de um elevado número de sítios e elementos de património arqueológico 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a divulgação e conservação dos sítios e elementos de património arqueológico 		
	<ul style="list-style-type: none"> Existência de Património Natural, em particular o PNSAC destacando-se as Grutas de Alvados, de Santo António e de Mira de Aire, a 	<ul style="list-style-type: none"> Divulgar o Património Natural característico do concelho 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
	Fórnea e as antigas Mina de Carvão			
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma rede de atividades recreativas relacionadas com a riqueza geológica • Riqueza do património geológico do concelho: vales de vertentes abruptas, campos de lapiaz, dolinas, uvalas, algares e grutas por explorar • Exploração turística e pedagógica do património espeleológico • Vistas panorâmicas e inúmeras estradas de interesse paisagístico 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar e divulgar uma rede de Atividades recreativas relacionadas com a riqueza geológica • Preservar o património geológico do concelho • Promover o turismo aliado à espeleologia • Criar uma rota de percursos com elevado interesse paisagístico 	-	-
	<ul style="list-style-type: none"> • Aposta na promoção e marketing da imagem de Porto de Mós, associada às rochas ornamentais, grutas e património cultural e natural 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a imagem de Porto de Mós associada às rochas ornamentais, grutas e património cultural e natural • Criar roteiros temáticos relativos ao património arqueológico, arquitetónico 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
		civil, arquitetónico religioso e património etnográfico		
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> • Arranjo paisagístico do Morro do Castelo • Núcleo antigo da vila de Porto de Mós • Localização do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota no concelho de Porto de Mós • Valorização do património natural pela promoção do Turismo de Natureza e em particular as atividades de desporto de natureza no PNSAC 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a salvaguarda de todo o património • Dinamizar o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota • Promover o Turismo de Natureza assim como o Desporto de Natureza, compatibilizando estas atividades com o PNSAC 	-	-
Pontos fracos	-	-	<ul style="list-style-type: none"> • Degradação de alguns imóveis classificados • Massificação das áreas envolventes aos imóveis classificados 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações de restauro dos imóveis classificados degradados • Aplicar zonas de proteção aos imóveis classificados
			<ul style="list-style-type: none"> • Impactes decorrentes de obras e de projetos públicos ou privados, nomeadamente infraestruturas rodoviárias e 	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar zonas de proteção ao património arqueológico • Assegurar a manutenção dos

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
			equipamentos, no património arqueológico	elementos patrimoniais do concelho
Pontos fracos (cont.)	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Abandono progressivo de sítios arqueológicos ou elementos patrimoniais e consequente degradação dos mesmos Descaraterização dos núcleos antigos com interesse face à introdução de linguagens arquitetónicas contrastantes Extensas áreas de extração de massas minerais 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que não ocorra abandono progressivo dos sítios arqueológicos ou dos elementos patrimoniais Promover uma adequada linguagem arquitetónica, em especial nas novas obras em núcleos antigos Promover a recuperação paisagística das zonas de extração de massas minerais
			<ul style="list-style-type: none"> Insuficiência de informação disponível, o que dificulta o turismo Agravamento do caráter lacunar da informação relativa ao património histórico-arqueológico, comprometendo a operacionalidade dos IGT 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e implementar programas de promoção do património, quer natural, quer cultural, arqueológico e arquitetónico Realizar levantamentos do património arqueológico, de modo a manter atualizada a Planta de Ordenamento do PDM Garantir que estes elementos patrimoniais sejam

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
				salvaguardados das atividades humanas
Pontos fracos (cont.)	-	-	<ul style="list-style-type: none"> • Intrusão de elementos perturbadores na paisagem, em particular parques eólicos • Destruição de elementos da paisagem tradicional • Redução do potencial do turismo de natureza e aventura, devido aos diversos condicionalismos (ordenamento do território, tendo em vista a salvaguarda dos recursos naturais e património) 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a manutenção dos elementos patrimoniais da paisagem do concelho • Promover o Turismo de Natureza assim como o Desporto de Natureza, compatibilizando estas atividades com o PNSAC

6.2. Medidas de Controlo/Programa de seguimento

Para que a 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local e regional, foi desenvolvido um conjunto de medidas de controlo. Estas, fazendo parte da monitorização, visam avaliar e controlar os efeitos imprevistos significativos decorrentes da execução da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós permitindo aplicar medidas de correção adequadas. Nos Quadros seguintes são apresentadas as respetivas medidas.

Quadro 3 - Medidas de controlo/Programa de seguimento a implementar no FCD Governança.

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Governança	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a participação pública 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a participação pública dos cidadãos e dos agentes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> N.º e tipologia de agentes envolvidos 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Facilitar o acesso à informação 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a existência de locais com informação disponível e rapidamente acessível para a população 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de locais com informação disponível 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o rigor das delimitações dos espaços 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a utilização de novas tecnologias da comunicação e informação para um maior rigor na delimitação dos espaços 	<ul style="list-style-type: none"> N.º delimitações dos espaços com recurso a novas tecnologias 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Partilha de responsabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a criação de parcerias e acordos multilaterais entre os agentes sociais na implementação de políticas, planos e projetos Avaliar o grau de interação entre os agentes 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de interações existentes (ex. parcerias, acordos, iniciativas conjuntas) 	N.º	

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Governança (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Compatibilização com os instrumentos de gestão territorial, planos estratégicos e legislação aplicável 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a compatibilização com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis (hierarquicamente superiores e municipais), com os planos estratégicos relevantes e com a legislação aplicável 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de situações de conflito com IGT 	N.º	

Quadro 4 - Medidas de controlo/Programa de seguimento a implementar no FCD Biodiversidade.

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Biodiversidade	Assegurar a conservação dos ecossistemas e do património natural	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a manutenção das funções associadas às categorias e subcategorias de espaços definidas em PDM que sejam promotoras da diversidade e património natural do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Área ocupada pelos habitats característicos dos Espaços Naturais, Espaços de Uso Múltiplo do tipo I e II, e Espaços Agrícolas de Conservação (subcategorias associadas aos espaços do POPNSAC) 	Hectares	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o n.º de Planos de Ação/Correção elaborados para as zonas com disfunções ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de Planos de Ação/Correção elaborados para as zonas com disfunções ambientais 	N.º	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o n.º de medidas adotadas com intuito de controlar as disfunções ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de medidas adotadas que garantam o controlo das disfunções ambientais 	N.º	
	Assegurar os corredores ecológicos	Assegurar a implementação da funcionalidade da EEM, bem como da REN e da RAN	<ul style="list-style-type: none"> Área afeta à Reserva Ecológica Nacional 	Hectares	
			<ul style="list-style-type: none"> Área afeta à Reserva Agrícola Nacional 	Hectares	

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Biodiversidade (cont.)			<ul style="list-style-type: none"> Área municipal afeta ao PNSAC e às suas diferentes categorias 	Hectares	
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar os corredores ecológicos 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a implementação da funcionalidade da EEM, bem como da REN e da RAN 	<ul style="list-style-type: none"> Área municipal afeta à Rede Natura 2000 	Hectares	
			<ul style="list-style-type: none"> Variação na EEM 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> Variação de áreas sem edificação na RAN e REN do concelho 	%	
	<ul style="list-style-type: none"> Promover orientações de gestão do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para o Sítio das Serras de Aire e Candeeiros 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a consideração das orientações de gestão do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para o Sítio das Serras de Aire e Candeeiros, nomeadamente a promoção do pastoreio extensivo 	<ul style="list-style-type: none"> Área do concelho utilizada para pastoreio extensivo 	Hectares	
<ul style="list-style-type: none"> Promover orientações de gestão do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para o 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a consideração das orientações de gestão do Plano Sectorial da Rede 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de atividades com interesse para a conservação da natureza promovida pela Câmara Municipal 	N.º		

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
	Sítio das Serras de Aire e Candeeiros	Natura 2000 para o Sítio das Serras de Aire e Candeeiros, nomeadamente a promoção do pastoreio extensivo	<ul style="list-style-type: none"> N.º de pretensões de exploração de recursos geológicos com parecer desfavorável no Sítio Serras de Aire e Candeeiros 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Prevenir o aumento da área ardida 	<ul style="list-style-type: none"> Controlar a limpeza de matos e floresta 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de limpeza de matos e floresta 	N.º	
Biodiversidade (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Prevenir o aumento da área ardida 	<ul style="list-style-type: none"> Controlar a área ardida anualmente, através da atualização da Planta de Condicionantes 	<ul style="list-style-type: none"> Área ardida por ano 	Hectares	
	<ul style="list-style-type: none"> Racionalizar a expansão urbana 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar quais as categorias e subcategorias de espaços e condicionantes onde surgem novas edificações 	<p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Edificações novas em áreas de risco alto e muito alto de incêndio Edificações novas em Espaços Agrícolas de Conservação 	N.º	

Quadro 5 - Medidas de controlo/Programa de seguimento a implementar no FCD Desenvolvimento Humano.

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Desenvolvimento Humano	• Melhorar os cuidados de saúde	• Avaliar a melhoria dos cuidados de saúde	• N.º de farmácias existentes no concelho	N.º	
			• N.º de Centros de Saúde em funcionamento no concelho	N.º	
			• N.º de clínicas em funcionamento no concelho	N.º	
			• N.º de médicos por habitante	N.º	
			• N.º de enfermeiros por habitante	N.º	
	• Melhorar os cuidados de saúde	• Avaliar a melhoria do estado de conservação dos equipamentos de saúde	• N.º de ações de melhoria do estado de conservação dos equipamentos de saúde	N.º	
			• N.º de equipamentos de ação social de apoio a idosos	N.º	
	• Melhoria da qualificação da população	• Monitorizar a taxa de analfabetismo e a escolaridade da população	• Taxa de analfabetismo	A dos próprios indicadores	
• Variação da escolaridade da população					

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
		<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o n.º de programas de formação profissional disponibilizados à população 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de programas de formação profissional disponibilizados 	N.º	

Quadro 6 - Medidas de controlo/Programa de seguimento a implementar no FCD Dinâmicas Socioeconómicas.

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Dinâmicas Socioeconómicas	<ul style="list-style-type: none"> Diversificar o tecido produtivo Aumentar a atratividade 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o n.º de novas empresas estabelecidas 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de empresas estabelecidas 	N.º	
		<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o volume de negócios das empresas 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução sectorial do volume de negócios das empresas 	€	
		<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o n.º de serviços de apoio às atividades empresariais 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de serviços de apoio às atividades empresariais 	N.º	
		<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o n.º de novas empresas nos espaços de atividades económicas criados 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de novas empresas nos espaços de atividades económicas criados 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Diversificar o tecido produtivo Aumentar a atratividade 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o n.º de atividades económicas emergentes 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de atividades económicas emergentes 	N.º	

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a inovação e o empreendedorismo 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o n.º de iniciativas com o intuito de promover a inovação e o empreendedorismo 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de iniciativas realizadas com o intuito de promover a inovação e o empreendedorismo 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o emprego 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução da taxa de desemprego 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da taxa de desemprego 	%	
		<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o n.º de iniciativas realizadas com o intuito de combater o desemprego 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de iniciativas realizadas com o intuito de combater o desemprego 	N.º	

Quadro 7 - Medidas de controlo/Programa de seguimento a implementar no FCD Fatores Biofísicos e Ambientais.

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Fatores Biofísicos e Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> Proteção dos recursos hídricos subterrâneos Proteção dos leitos dos cursos de água e respetivas margens 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a qualidade da água superficial e subterrânea Assegurar a proteção dos leitos dos cursos de água e respetivas margens Assegurar que não existem descargas de efluentes agropecuários, industriais e domésticos 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade da água superficial e subterrânea 	Unidades parâmetros a monitorizar	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de situações detetadas em que o leito dos cursos de água se encontra obstruído 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> Quantidade e tipologia de poluentes identificados nos recursos hídricos 	Unidades parâmetros a monitorizar	

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
	<ul style="list-style-type: none"> Proteção dos recursos hídricos subterrâneos Proteção dos leitos dos cursos de água e respetivas margens 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o estabelecimento de perímetros de proteção às captações de água destinadas ao consumo humano 	<ul style="list-style-type: none"> Perímetros de proteção às captações de água destinadas ao consumo humano 	Sim/Não	
	<ul style="list-style-type: none"> Identificar os locais onde os recursos hídricos superficiais e subterrâneos têm maiores pressões 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a qualidade da água de abastecimento 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de incumprimentos existentes ao nível da qualidade da água de abastecimento em relação à legislação em vigor 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de fontes fixas de poluição existentes na envolvente de cursos de água 	N.º	
Fatores Biofísicos e Ambientais (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Garantir uma boa qualidade do ar 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o cumprimento da legislação em vigor referente à qualidade do ar 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de qualidade do ar 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de dias em que se verificam excedências às normas da qualidade do ar 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Redução do ruído ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o cumprimento do Regulamento Geral do Ruído Avaliar o ruído ambiente nos locais onde existem e possam existir incompatibilidades 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de população exposta a níveis sonoros superiores aos permitidos na legislação 	%	

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar uma boa gestão do sector energético ao nível da eficiência energética Avaliação das emissões de GEE ao nível municipal, nomeadamente dióxido de carbono equivalente ao nível dos principais sectores poluentes Assegurar o desenvolvimento de estratégias de redução das emissões de GEE Assegurar a utilização de fontes de energia renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de uma Estratégia de Promoção para as Energias Alternativas e Eficiência Energética 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de programas desenvolvidos ao nível da eficiência energética 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de certificações energéticas e da qualidade do ar nos edifícios existentes no concelho 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de estratégias desenvolvidas para redução das emissões de GEE 	N.º	
Fatores Biofísicos e Ambientais (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Minimizar os impactes dos colapsos de cavidades naturais 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o n.º de ocorrências de colapsos de cavidades naturais 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ocorrência de situações de colapsos de cavidades naturais 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Minimizar os impactos dos movimentos de massa em vertentes 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o n.º de ocorrências de movimentos de massa em vertentes 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ocorrência de situações de movimento de massa em vertentes 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a monitorização dos locais de maior risco de movimentos de massa em vertentes 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar os locais de maior risco de movimentos de massa em vertentes 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de monitorizações realizadas nos locais de maior risco 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a proteção das 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a limpeza das 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de incêndios florestais 	N.º	

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
	<p>florestas contra incêndios, nomeadamente através da sua limpeza, correto ordenamento e garantia de existência de meios de combate a incêndios</p> <ul style="list-style-type: none"> Assegurar que existem zonas de "proteção" entre as florestas e as zonas habitacionais 	<p>florestas</p> <ul style="list-style-type: none"> Assegurar a implementação das medidas previstas no PMEPC de Porto de Mós, bem como as condicionantes previstas no PDM 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da área florestal ocupada por pinheiro-bravo e eucalipto 	Hectares	
			<ul style="list-style-type: none"> Variação da área agrícola abandonada 	Hectares	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações de limpeza de matos e florestas 	N.º	
		<ul style="list-style-type: none"> Rever anualmente a área ardida na Planta de Condicionantes 	<ul style="list-style-type: none"> Área ardida por ano 	Hectares	
Fatores Biofísicos e Ambientais (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a proteção das áreas urbanas contra incêndios, nomeadamente através da utilização de materiais de construção com uma resistência ao fogo superior (materiais para combustíveis e tintas com maior índice de resistência ao fogo) e garantia da existência de meios de combate a incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a implementação das medidas previstas no PMEPC de Porto de Mós, bem como as condicionantes previstas no PDM 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de incêndios em áreas urbanas 	N.º	

Quadro 8 - Medidas de controlo/Programa de seguimento a implementar no FCD Infraestruturas.

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> Dinâmica de urbanização e edificação Dispersão urbana e uso do solo 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as dinâmicas territoriais e a descaraterização do espaço 	<ul style="list-style-type: none"> Área afeta a solo urbano 	Hectares	
			<ul style="list-style-type: none"> Variação da densidade populacional no solo urbano 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de licenças emitidas para nova construção 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Localização das áreas industriais em locais programados 	<ul style="list-style-type: none"> Controlar a ocupação por novas áreas de indústria extrativa Controlar a ocupação por novas áreas de indústria Monitorizar o n.º de licenças de exploração emitidas 	<ul style="list-style-type: none"> Área ocupada por novas pedreiras 	Hectares	
			<ul style="list-style-type: none"> Área com novas indústrias por categoria de espaço 	Hectares	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de licenças de exploração emitidas 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a fiabilização e modernização dos sistemas públicos de abastecimento de 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução da população servida por sistema de abastecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de população servida por sistema de abastecimento de água no concelho 	%	

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
	água e a efetiva cobertura e a qualidade dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais	de água e a sua situação no concelho	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem do número de alojamentos servidos por sistema público de abastecimento de água (Valor de referência $\geq 95\%$ com variação entre 80 e 100%) 	%	
Infraestruturas (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a fiabilização e modernização dos sistemas públicos de abastecimento de água e a efetiva cobertura e a qualidade dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a quantidade de água distribuída por sector de consumidor 	<ul style="list-style-type: none"> • Água distribuída e sector de consumidor 	m ³	
		<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a evolução da população servida por sistema de recolha e tratamento de águas residuais no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de população servida por sistema de recolha e tratamento de águas residuais no concelho 	%	
		<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a quantidade das águas residuais drenadas, rejeitadas e tratadas • Avaliar a proporção de águas residuais tratadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Águas residuais drenadas e existência de tratamento 	m ³	
			<ul style="list-style-type: none"> • Águas residuais drenadas dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais e sector de origem 	m ³	
			<ul style="list-style-type: none"> • Águas residuais drenadas por habitante 	m ³ /hab.	
			<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de águas residuais tratadas 	%	

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a quantidade de água captada por origem do caudal 	<ul style="list-style-type: none"> Água captada e origem do caudal 	m ³	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a quantidade de água tratada por tipo de instalação de tratamento 	<ul style="list-style-type: none"> Água tratada e tipo de instalação de tratamento 	m ³	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o número de redes existentes e o número de redes programadas 	<ul style="list-style-type: none"> Número de redes existentes e número de redes programadas 	N.º	
Infraestruturas (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso eficiente da água 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a quantidade de água consumida 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de água consumida por habitante no concelho 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> Consumo de água por habitante 	m ³ /hab.	
			<ul style="list-style-type: none"> Consumo de água abastecida pela rede pública 	m ³	
	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma gestão integrada e sustentável dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a percentagem de população servida por um sistema de recolha seletiva de RSU no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de população servida por um sistema de recolha seletiva de RSU no concelho 	%	
	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma gestão integrada e sustentável dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a quantidade de RSU, plástico, papel e vidro produzidos por habitante no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de RSU, plástico, papel e vidro produzidos por habitante no concelho 	ton	
	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a melhoria dos acessos viários e a mobilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o n.º de novos acessos construídos 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de novos acessos construídos 	N.º	

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
	da população	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o investimento no melhoramento das vias existentes 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações de melhoramento verificadas 	N.º	

Quadro 9 - Medidas de controlo/Programa de seguimento a implementar no FCD Paisagem e Património Cultural.

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Paisagem e Património Cultural	<ul style="list-style-type: none"> Preservar e valorizar o património cultural, geológico e natural Assegurar a compatibilização dos usos do solo com o património cultural, geológico e natural 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a salvaguarda do património cultural, geológico e natural. 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações desenvolvidas para proteção do património cultural, geológico e natural 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de elementos patrimoniais de interesse (geológico, cultural/edificado, natural e paisagístico) classificados e em vias de classificação 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a identidade do território Conservar a paisagem e assegurar a compatibilização com os usos do solo 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a manutenção dos elementos patrimoniais da paisagem do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações desenvolvidas para proteção da manutenção dos elementos patrimoniais da paisagem 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a paisagem, o património cultural, geológico e natural enquanto recursos/produtos turísticos 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o n.º de ações de promoção da dinamização cultural em redor do património e cultura local 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações de promoção da dinamização cultural em redor do património e cultura local 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Preservar e valorizar o património arqueológico e arquitetónico 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o estado de preservação do património arqueológico e arquitetónico 	<ul style="list-style-type: none"> Estado de preservação do património arqueológico e arquitetónico 	Bom, médio, mau	

		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o n.º de ações para a divulgação do património arqueológico e arquitetónico 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ações desenvolvidas para a divulgação do património arqueológico e arquitetónico 	N.º	
--	--	---	---	-----	--

Quadro 10 - Medidas de controlo/Programa de seguimento complementar a implementar no FCD Biodiversidade.

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> Efetivar medidas de gestão florestal Assegurar o cumprimento das medidas preconizadas pelo POPNSAC e do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a floresta autóctone 	<ul style="list-style-type: none"> Área ocupada por floresta autóctone 	Hectares	
		<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as produções florestais intensivas 	<ul style="list-style-type: none"> Área ocupada por produções florestais intensivas 	Hectares	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o cumprimento das medidas preconizadas pelo POPNSAC e pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de pretensões com parecer desfavorável nestas áreas 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Conter a impermeabilização dos solos 	<ul style="list-style-type: none"> Controlar a impermeabilização dos solos 	<ul style="list-style-type: none"> Área impermeabilizada 	Hectares	

Quadro 11 - Medidas de controlo/Programa de seguimento complementar a implementar no FCD Desenvolvimento Humano.

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Desenvolvimento Humano	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar o nível de vida 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a melhoria da qualidade de vida das populações, nomeadamente ao nível do poder de compra concelhio, do emprego e do rendimento 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de Desenvolvimento Humano 	A dos próprios indicadores	
			<ul style="list-style-type: none"> Índice de Desenvolvimento Social 		
<ul style="list-style-type: none"> Índice de Poder de Compra Concelhio 					
	<ul style="list-style-type: none"> Inverter a tendência da taxa de envelhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a variação da população por faixa etária 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da população por faixa etária 	N.º de habitantes por faixa etária	

Quadro 12 - Medidas de controlo/Programa de seguimento complementar a implementar no FCD Dinâmicas Socioeconómicas.

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Dinâmicas Socioeconómicas	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a coesão económica e social Aumentar o rendimento disponível 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução da coesão económica e social no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Investimento público e privado (total e sectorial) 	€	
			<ul style="list-style-type: none"> VBP – Valor Bruto de Produção 	A dos próprios indicadores	
			<ul style="list-style-type: none"> VAB – Valor Acrescentado Bruto 		
			<ul style="list-style-type: none"> Ganho médio da população 	€	
	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a promoção do potencial humano e empresarial 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o potencial humano e empresarial no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Nº médio de pessoas ao serviço por estabelecimento 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço 	%	

Quadro 13 - Medidas de controlo/Programa de seguimento complementar a implementar no FCD Fatores Biofísicos e Ambientais.

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Fatores Biofísicos e Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> Proteção dos recursos hídricos subterrâneos Proteção dos leitos dos cursos de água e respetivas margens 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a qualidade da água superficial e subterrânea Assegurar a proteção dos leitos dos cursos de água e respetivas margens Assegurar que não existem descargas de efluentes agropecuários, industriais e domésticos 	<ul style="list-style-type: none"> Variação percentual das disponibilidades de água 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de descargas de efluentes agropecuários e agroindustriais 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de tratamento dos efluentes 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> Grau de cumprimento da legislação em vigor relativa à prevenção e controlo integrados da poluição (ar, água, solo) 	Sim/Não	
	<ul style="list-style-type: none"> Conter a impermeabilização dos solos 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a variação da área impermeabilizada 	<ul style="list-style-type: none"> Área impermeabilizada 	Hectares	
			<ul style="list-style-type: none"> Número e tipologia de normas de controlo da impermeabilização dos solos 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Redução do ruído ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> Controlar a implementação de Planos de redução de ruído 	<ul style="list-style-type: none"> Planos de redução do ruído elaborados por zonas de conflito existentes 	N.º	

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução da intensidade energética por sector de consumo e por habitante 	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de uma Estratégia de Promoção para as Energias Alternativas e Eficiência Energética 	<ul style="list-style-type: none"> Consumo de energia elétrica por sector de consumo e por habitante 	N.º	

Quadro 14 - Medidas de controlo/Programa de seguimento complementar a implementar no FCD Infraestruturas.

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> Programar as áreas urbanas tendo em conta as redes existentes e programada 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a ocupação de áreas livres nos interstícios de solos urbanizados 	<ul style="list-style-type: none"> Área de interstícios de solos urbanizados ocupada 	Hectares	
	<ul style="list-style-type: none"> Localização das áreas industriais em locais adequados 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que as áreas industriais se encontram em locais adequados 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de espaços empresariais/industriais 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de espaços industriais adjacentes a espaços residenciais 	N.º	
<ul style="list-style-type: none"> Garantir a fiabilização e modernização dos sistemas públicos de abastecimento de água e a efetiva cobertura e a qualidade dos sistemas de recolha e tratamento de 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução da população servida por sistema de abastecimento de água e a sua situação no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada cujos resultados estão conforme a legislação (Valor de referência $\geq 99\%$) 	%		

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
	águas residuais		<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de água captada que provém de captações com perímetro de proteção ou plano de ordenamento de albufeira de águas públicas definido (Valor de referência $\geq 95\%$) 	%	
Infraestruturas (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a fiabilização e modernização dos sistemas públicos de abastecimento de água e a efetiva cobertura e a qualidade dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução da população servida por sistema de recolha e tratamento de águas residuais no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem do número de alojamentos servidos por sistema público de saneamento de águas residuais (Valor de referência $\geq 90\%$, com variação entre 70 e 100%) 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> Percentagem da população equivalente servida por sistema público de saneamento de águas residuais que asseguram o cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respetiva licença (Valor de referência $\geq 80\%$) 	%	

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a quantidade das águas residuais drenadas, rejeitadas e tratadas Avaliar a quantidade de água tratada em ETAR que é reutilizada Avaliar a proporção de águas residuais tratadas 	<ul style="list-style-type: none"> Águas residuais tratadas dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais e Nível de tratamento Águas residuais não tratadas dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais 	<p>m³</p> <p>m</p>	
Infraestruturas (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a fiabilização e modernização dos sistemas públicos de abastecimento de água e a efetiva cobertura e a qualidade dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a quantidade das águas residuais drenadas, rejeitadas e tratadas Avaliar a quantidade de água tratada em ETAR que é reutilizada Avaliar a proporção de águas residuais tratadas Avaliar a percentagem de águas pluviais e de infiltração de efluentes aos sistemas de drenagem Avaliar a evolução das tarifas municipais 	<ul style="list-style-type: none"> Águas residuais rejeitadas e existência de tratamento Quantidade de água tratada em ETAR que é reutilizada Percentagem de águas pluviais e de infiltração de afluentes aos sistemas de drenagem (Valor de referência ≤ 20%) Evolução das tarifas municipais 	<p>m³</p> <p>m³</p> <p>%</p> <p>€</p>	

	Objetivos de sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso eficiente da água 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a percentagem de perdas na rede de abastecimento de água 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de água captada que é efetivamente utilizada e não perdida (Valor de referência $\geq 80\%$) 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de perdas na rede de abastecimento de água 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> Eficiência de utilização da água 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de perdas de água no sistema público de abastecimento 	%	
Infraestruturas (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso eficiente da água 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a percentagem de reutilização de águas residuais tratadas 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de reutilização de águas residuais tratadas (Valor de referência $\geq 10\%$) 	%	

	Muito negativa
	Negativa
	Sem alterações significativas
	Positiva
	Muito Positiva



Conclusões e Recomendações

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A implementação da 1.ª revisão do PDM de Porto de Mós, tal como se encontra proposto, acarreta efeitos essencialmente positivos ao nível do Fator Crítico para a Decisão Governança, Desenvolvimento Humano e Dinâmica Socioeconómicas. No entanto, fazem-se sentir essencialmente efeitos negativos ao nível do FCD Paisagem e Património Cultural. Os Fatores Críticos para a Decisão Biodiversidade, Fatores Biofísicos e Ambientais e Infraestruturas, tanto apresentam efeitos negativos, como positivos.

Ao nível da **Governança**, esperam-se particulares efeitos positivos no que respeita na atração de novos agentes sociais para o concelho, aos processos de participação pública e na aplicação das mais recentes tecnologias da comunicação e informação, para facilitar o acesso dos munícipes à informação, nomeadamente através da internet e do desenvolvimento dos serviços *online* da Câmara Municipal. A utilização de SIG poderá também facilitar o acesso e a troca de informação entre entidades. É de realçar, igualmente, o facto de na implementação de algumas intervenções previstas, a parceria/participação da Câmara Municipal, da administração central e de entidades públicas e privadas.

No que diz respeito à **Biodiversidade**, os principais efeitos positivos prendem-se com uma maior articulação entre o PDM e os outros IGT de hierarquia superior, num maior respeito pelas áreas de proteção ambiental e ecologicamente sensíveis; a manutenção da biodiversidade existente no território, que é potenciada pelas orientações da 1.ª revisão do PDM para as atividades florestal e agrícola; a promoção da floresta autóctone e diminuição das monoculturas intensivas, que contribuem não só na diminuição das áreas ardidas, como potenciam a biodiversidade do concelho; a definição de uma Estrutura Ecológica Municipal, que em solo urbano aumenta a biodiversidade e a qualidade ambiental urbana. Os principais efeitos negativos estão relacionados com a ausência de articulado em PDM referente à pastorícia ou pastoreio extensivo tradicional, cuja

manutenção e promoção constitui uma orientação que se encontra salientada para o Sítio Serras de Aire e Candeeiros no Plano Sectorial da Rede Natura 2000; a diminuição do solo rural, que implica necessariamente um efeito negativo na biodiversidade; a inexistência de levantamentos atualizados referentes à fauna, flora e vegetação na 1.ª revisão do PDM.

No que respeita ao **Desenvolvimento Humano** os efeitos positivos relacionam-se com a melhoria da qualidade de vida das populações, em particular ao nível do poder de compra concelhio e do emprego, decorrente do desenvolvimento de atividades económicas, em específico no que diz respeito ao aumento das áreas destinadas a acolher atividades económicas, das quais se destacam a criação e ampliação de zonas industriais. Estes e outros aspetos, como sejam a qualificação de espaços públicos, infraestruturas, entre outros, contribuem para a fixação das populações no concelho de Porto de Mós, em particular dos jovens. Por outro lado, as ações/projetos, seja do ponto de vista das relacionadas com infraestruturas e equipamentos, seja daquelas que se mantêm a um nível pouco objetivo (aumentar a centralidade, fortalecer funções urbanas), ou ainda daquelas que se relacionam com a melhoria da equidade e bem estar, contribuirão igualmente, de forma mais ou menos direta, para a melhoria da qualidade de vida das populações, mas também no ambiente operativo das empresas.

As **Dinâmicas Socioeconómicas** tiram partido dos aspetos referidos, uma vez que essas condições determinam uma maior atratividade do concelho para novos negócios e empresas, em especial a do sector industrial (extrativa e transformadora da pedra, cerâmica decorativa e industrial e têxtil). A dinamização empresarial, por sua vez, contribui para a taxa de empregabilidade da população, para a formação de quadros qualificados e conseqüente desenvolvimento humano e económico do concelho. Como se referiu no FCD Desenvolvimento Humano, o correto ordenamento das atividades económicas proporcionam um desenvolvimento harmonioso destas atividades com a presença humana. A própria população beneficiará com as intervenções de valorização territorial.

O FCD **Fatores Biofísicos e Ambientais** apresentam efeitos positivos relevantes e negativos pouco significativos. Os principais efeitos positivos

relacionam-se com uma maior articulação entre o PDM e os outros IGT de hierarquia; um maior respeito pelas áreas de proteção ambiental e ecologicamente sensíveis; uma diminuição das áreas ardidadas; uma diminuição das pessoas e bens afetados pelos colapsos de cavidades naturais, pelos incêndios florestais e outros riscos (movimentos de massas em vertentes, acidentes relacionados com transportes e atividade industrial, incêndios em edifícios, sismos, secas e cheias e inundações); efeitos positivos no ambiente sonoro graças à elaboração do Mapa de Ruído e do zonamento Acústico do Município, e à criação de variantes rodoviárias que evitam a travessia dos aglomerados urbanos; efeitos positivos ao nível da qualidade do ar, mais uma vez graças à criação das variantes rodoviárias, ao correto ordenamento das atividades económicas, à qualificação dos espaços urbanos existentes e criação de espaços verdes, entre outros, que proporcionam a melhoria da qualidade do ar para a população; e ainda a diminuição do consumo de energia elétrica a partir de fontes de energia não renováveis graças à implementação de infraestruturas de produção de energia elétrica a partir de fontes de energias renováveis, o que consequentemente diminuirá as emissões de GEE. Os efeitos negativos estão relacionados com a diminuição da recarga dos aquíferos; a degradação da qualidade da água; a degradação da qualidade do ar, dos níveis sonoros existentes e dos riscos de natureza tecnológica. Estes efeitos negativos encontram-se relacionados com o crescimento da atividade industrial no concelho que, entre outros, levará ao aumento do tráfego rodoviário (aumento da atividade logística).

No que toca às **Infraestruturas**, os principais efeitos positivos estão relacionados com um desenvolvimento territorial sustentável, onde os espaços urbanos são multifuncionais e onde o solo rural é salvaguardado; um maior controlo da edificação dispersa através da redefinição dos perímetros urbanos e criação de novos; aumento da biodiversidade e qualidade ambiental urbana devido à afetação de áreas de solo urbano, à Estrutura Ecológica Municipal; fixação de novas indústrias de forma ordenada; a definição de áreas complementares para a exploração de pedreiras; e ainda as melhorias ao nível das acessibilidades inter e intra-concelhias e a promoção de novas dinâmicas. Os efeitos negativos estão

relacionados com a sobrecarga das infraestruturas de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos, que poderá ocorrer devido à expansão urbana, aliada a um ligeiro crescimento da população, e a um aumento dos espaços industriais e de atividades económicas. Contudo, encontra-se previsto um conjunto de ações/projetos que poderão minimizar estes efeitos negativos.

Por fim, o FCD **Paisagem e Património Cultural** apresenta fundamentalmente efeitos negativos, que são: intrusão de novos elementos, potencialmente perturbadores, numa paisagem com diminuta capacidade de absorção visual; afetação do turismo de natureza e aventura devido aos condicionalismos regulamentares relacionados com património; um agravamento da insuficiência de informação disponível relativa a ocorrências patrimoniais-arqueológicas o que poderá levar a uma destruição deste património; perda de oportunidades de dinamização económico-social baseadas numa ação abrangente de oferta cultural; abandono progressivo de sítios arqueológicos ou elementos patrimoniais; o agravamento do carácter incipiente das formas e meios de divulgação do património local e conseqüentemente deficitário aproveitamento turístico. Contudo destacam-se alguns efeitos positivos ao nível deste FCD proporcionados pela opção estratégica de “recuperar e valorizar o património paisagístico e ambiental do concelho” (apesar de não integrar o património cultural, o que é uma falha apontável), e que prevê um o melhor aproveitamento dos valores culturais, nomeadamente: do Castelo de Porto de Mós, através da valorização não só cultural, mas também turística do mesmo; e das grutas e algares, através da concretização das ações de limpeza e de proteção.

As principais recomendações gerais da AAE são:

1. Assegurar uma eficaz participação pública e meios de fácil acesso à informação pelos munícipes;
2. Assegurar rigor da cartografia e compatibilização do PDM com IGT's e legislação específica;
3. Garantir e melhorar a qualidade de vida das populações, dinamizando o emprego e empreendedorismo;

4. Dar continuidade às intenções de desenvolvimento e consolidação do tecido urbano consignadas no PDM;
5. Dar continuidade às intenções de recuperação do solo rural consignadas no PDM;
6. Colmatar carências infraestruturais, nomeadamente, ao nível do abastecimento de água, saneamento e da gestão de resíduos, onde estas existam;
7. Valorizar e preservar o património cultural (*sensu lato*) e natural, nomeadamente através do Ecoturismo e Turismo de Natureza;
8. Manter atualizadas as Áreas de Risco ao Uso do Solo delimitadas na Planta de Ordenamento;
9. Manter atualizadas, anualmente, as servidões administrativas e restrições de utilidade pública resultantes das áreas florestais percorridas por incêndio na Planta de Condicionantes;
10. Considerar as energias renováveis no PDM proposto, nomeadamente ao nível da promoção do uso destas em substituição das energias provenientes dos combustíveis fósseis;
11. Cumprir com as medidas de controlo e efetiva monitorização dos indicadores estabelecidos.